

Guia de estudo para formação de
militante e apoiador da Oposição CCI –
Combativa, Classista e Independente ao DCE da UnB



*"(...) o ruído dos germes expandia-se num grande beijo.(...) Homens brotavam, um exército negro, vingador, que germinava lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as colheitas do século futuro, cuja germinação não tardaria em fazer rebentar a terra."
Émile Zola, Germinal.*

A formação política e teórica do militante é peça fundamental para uma militância coerente e sem ela a organização de que se faz parte perde organicidade e não acumula para sua constante superação. É através do estudo que se pode atuar na prática, e com essa prática que se pode rever e assimilar o estudo. Para isso, a Oposição Combativa Classista Independente formulou esse guia de estudos para a formação de militantes e apoiadores iniciantes, que contem:

- 1. Guia do calouro da CCI: Informações gerais sobre ensino superior, estrutura universitária e suas contradições**
- 2. Informações gerais sobre o Movimento Estudantil: breve histórico e a RECC**
- 3. Teses fundantes de nossas concepções**
- 4. Teoria, estudo, cultura e arte**
- 5. Links úteis**

Lembramos a importância da leitura e estudo de tais textos assim como da complementaridade entre eles. Porém, é só na luta diária dos estudantes e trabalhadores que o militante compreenderá a relevância dessa luta e da real possibilidade de vitória de nossas pautas.

VIVA O MOVIMENTO ESTUDANTIL PROLETÁRIO!
POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR!
AVANTE, TRABALHADOR E ESTUDANTE! VENCEREMOS!

1. Guia do calouro da CCI: Informações gerais sobre ensino superior, estrutura universitária e suas contradições

Para militar no Movimento Estudantil da UnB é preciso compreender algumas dinâmicas internas da universidade: quais são os órgãos deliberativos, quais são as entidades e conselhos estudantis, como se dão processos de eleição de cargos representativos, dentre outras. Da mesma forma ter em mãos algumas informações sobre o ensino superior brasileiro. Esse conhecimento será útil para que se coordene linhas políticas e de atuação, assim como para o combate das estruturas anti-democráticas da qual a UnB está inserida, do elitismo no ensino superior público brasileiro e daqueles, nossos inimigos, que os defendem (governantes, administradores, assessores, governistas etc.).

Todo o emaranhado burocrático e jurídico-administrativo que impossibilita o controle da maioria dos estudantes e trabalhadores da universidade e que legitima as formas autoritárias tantas vezes úteis à conservação da “ordem” não é possível ser entendido aqui, e nem é esse o objetivo dos textos que se seguem. Também não é objetivo desses texto fazer entender como essa burocracia institucional da universidade se aloca dentro de uma burocracia maior ainda que é a estatal burguesa. Serão traçados aqui algumas informações gerais sobre o ensino superior brasileiro e a universidade em questão para introduzir um militante novato nessas temáticas úteis à prática política.

Os textos dessa parte não possuem uma análise política mais aprofundada sobre os dados aqui expostos. Tal análise detalhada poderá ser encontrada nas Teses, comunicados e boletins da Oposição CCI.

Vale a pena ressaltar também que muitos temas aqui abordados rapidamente são extremamente vastos, e, por isso, serão indicadas algumas fontes ao final dos textos para um maior aprofundamento.

Ensino Superior Brasileiro – dados gerais

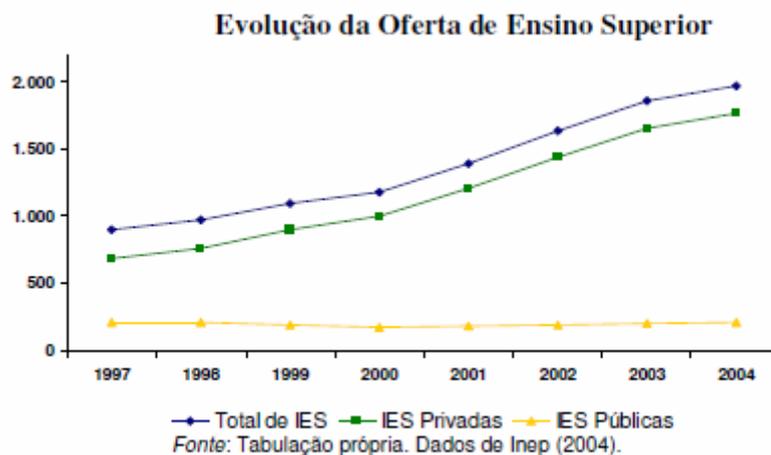
*Felicidade! Passei no vestibular.
Mas a faculdade, ela é particular.
Particular, ela é particular...*

Martinho da Vila, em ‘O pequeno-burguês’

A maioria dos dados aqui apresentados está segundo os dados do Censo da Educação Superior 2009 do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

O Ensino Superior Brasileiro se divide em instituições (IES – Instituições de Ensino Superior) de vários tipos: existem as Universidades, os Centros Universitários, as Faculdades Integradas, as Faculdades, os Institutos e Escolas Superiores e Centros de Educação Tecnológica. Essas instituições possuem no mínimo cursos de bacharelado, licenciatura ou tecnológico, e podem ser: instituições públicas (federais, estaduais, municipais ou distritais, sendo a maioria de direito público), instituições privadas comunitárias, filantrópicas ou confessionais, além de instituições particulares (empresariais).

O setor privado (majoritariamente o empresarial) é o de maior presença, representando mais de 70% das matrículas realizadas na Educação Superior em mais de 2000 mil instituições de ensino espalhadas pelo Brasil. Esse nível de educação se tornou nos últimos anos um propício setor para as empresas lucrarem na “venda” do ensino, tornando a educação, o conhecimento e a tecnologia gerados pelas instituições apenas mercadorias e que devem servir, em última instância, às necessidades do mercado de trabalho e dos capitalistas. Essa tendência ganhou força com as reformas neoliberais, que serão tratadas mais a frente e que, basicamente, ameaçam o direito de uma educação superior pública através do avanço do setor privado que é incentivado pelo governo brasileiro com isenção fiscal e programas como o PROUNI. Os gráficos a seguir dão uma noção do crescimento do setor privado que se impulsionou no governo FHC e continuou no governo Lula, ao mesmo tempo que o setor público tem crescimento insignificante:



Lembrando que, atualmente, o setor privado é tão grande que o número de inscritos é significativamente inferior ao número de vagas disponíveis pelas instituições.

Desigualdades regionais e elitismo

"Aquele praça é pública, lá eu vou quantas vezes quiser. Agora, você quer me dizer que no Brasil há universidade pública, mas que para ingressar nela o estudante tem que passar por um funil?"

- Comentário de um cidadão cubano a um brasileiro

A Educação Superior no Brasil sempre foi elitizado e se concentrou nas regiões economicamente mais avançadas. Atualmente, por exemplo, o sudeste possui mais de 1000 IES, número praticamente igual a soma de todas as IES das regiões norte, nordeste e centro-oeste. Desde seu início, o nível superior serviu para a formação das elites nacionais, e suas reformas universitárias, em anos de “democracia”, sempre foram tardias e ineficazes se comparadas a outros países da América Latina que alcançaram índices mais justos e uma maior parcela da população na Educação Superior, como é o caso da Argentina, do México, de Cuba etc. Mesmo assim, como dizia o sociólogo Florestan Fernandes: “As universidades latino-americanas sempre foram da elite, para a elite.” Ou seja, no Brasil, o povo nunca foi à Universidade e esta nunca servia a ele. Dentre os principais problemas dessa elitização estão o excludente vestibular e as baixas verbas para a educação pública que criam um funil elitista entre a demanda (o povo querendo estudar) e a oferta (vagas disponíveis), além da péssima qualidade de vida das massas trabalhadoras exploradas do nosso país que não conseguem nem se formar normalmente no ensino médio ou fundamental.

E essa tendência se mantém até hoje: a população com ensino superior é um pouco maior que 10%. Em 2005, um pouco mais de 11% da juventude (18-24 anos) estavam na educação superior, cerca de 2,7 milhões de jovens. Nesse mesmo ano, a taxa da população brasileira matriculada na educação superior era um pouco maior que 2%. Uma ínfima parte da juventude tem acesso à Educação Superior, e a maioria dela está nas Faculdades, tendo apenas ensino (graduação, licenciaturas ou tecnológicas) muitas vezes de qualidade duvidável e com caras mensalidades. A parcela que tem acesso às Universidades (com possibilidade de estudo e pesquisa com qualidade) é baixíssima. Importante ressaltar o crescente número de cursos a distância (EaD) de baixo custo, rápidos e extremamente massificados que se apresenta para o governo como uma forma fácil de aumentar as estatísticas do ensino “superior” e resolver o problema do elitismo. Este novo tipo de ensino superior cresceu 315% de 2003 a 2006!

Mesmo com essas baixas estatísticas da Educação Superior, é ainda grande o número de evasão, principalmente nas particulares, e de cursos que não alcançam uma qualidade mínima, sendo aplicados em instituições que não possuem estrutura para oferecer um ensino bom, complicando o quadro brasileiro.

Financiamento da educação superior e a questão da autonomia universitária

Na teoria, o financiamento das IES depende do seu tipo acadêmico e administrativo: as públicas recebem verba dos governos nos níveis federais, estaduais, municipais ou distrital, e as privadas levantam sua própria verba. As particulares empresariais, por exemplo, são financiadas pelas altas mensalidades. As públicas recebem dinheiro público. Porém, no ‘neoliberalismo educacional’, as barreiras entre o público privado se diluem, ocorrendo, por exemplo, o financiamento público das ‘empresas’ educacionais por programas de bolsas e incentivo (em vez de se investir na abertura de vagas públicas, beneficiando primeiro o estudante, e não o empresário), por exemplo, assim como do dinheiro e da gestão privada entrando e substituindo o domínio público das IES públicas, como ocorre no caso das corruptas Fundações de Apoio de direito privado responsáveis por gerir a verba pública das Universidades e “captar” recursos privados (estes, insignificantes, o que não justifica a existência das mesmas).

No Brasil, a verba para educação se limita a menos de 5% do PIB desigualmente distribuídos pelo país, sai governo, entra governo (em 2009, a educação ficou com 2,88% do Orçamento Geral da União). A Educação Superior é o nível mais caro de ensino para a União “bançar”, pois requer estrutura e profissionais de alta qualidade. Como vimos, no Brasil, essa questão do financiamento vem se resolvendo não pelo aumento das verbas, mas sim pelo aumento do setor privado e desmonte da coisa pública, através de novas formas de captação de recursos que são uma ameaça de privatização do ensino superior público e gratuito “por dentro” do mesmo.

Apesar do financiamento vir da União, na maior parte, hoje, as universidades públicas, pelo menos na teoria, gozam de “autonomia”, pauta histórica de luta do movimento docente e estudantil, principalmente em períodos de ditadura militar. Isso quer dizer que a instituição, através de sua comunidade universitária (docentes, discentes e demais trabalhadores) tem o direito de decidir seus próprios rumos: como a universidade gastará tal verba, quais serão as linhas de pesquisa, como será o ensino de tal disciplina etc. Mas na prática não é bem assim: a universidade é asfixiada pelo Estado, que, para oferecer verbas se utiliza de chantagens, como ocorreu no Reuni, e pelo setor privado que cada vez mais está presente no ensino, pesquisa e extensão e na gestão dos mesmos da universidade que deveria ser pública. A autonomia é reduzida ao papel, à teoria, e, diante das condições objetivas da universidade, esta é obrigada a obedecer os seus “patrões” (Estado e empresas), atropelando as escolhas democráticas de sua comunidade.

Um dos meios mais claros de impedir a autonomia da universidade é pelas eleições de reitoria, onde, além do próprio processo meritocrático que relega aos estudantes e funcionários apenas 30% da porcentagem dos votos, as eleições ainda funcionam a partir da **lista tríplice**, ou seja, a universidade elege três nomes para reitoria da universidade, porém, quem determina em última instância é o poder público/Estado, principalmente através do MEC, mas podendo ser exercido por outros órgãos como prefeituras e governos estaduais.

Condição dos docentes e trabalhadores na Universidade pública: ameaça na qualidade da educação, ataque aos trabalhadores

Nos últimos anos, marcados por uma reestruturação produtiva global do capital, tem aumentado o número de mão-de-obra flexibilizada e precarizada nas universidades públicas. Hoje, o número de trabalhadores terceirizados, em diversos ramos, principalmente na limpeza e manutenção, por exemplo, é muito maior que o número de trabalhadores do quadro (de contratação efetiva). Essas novas formas de contratação e relações de trabalho se dão num quadro onde é necessário maximizar e racionalizar o “retorno” das verbas públicas para a educação, e isso se dá através do ataque aos direitos trabalhistas de seguridade no emprego e ao salário dos trabalhadores. Os trabalhadores e docentes, que, antes eram contratados por concursos públicos e tinham uma carreira fixa, com todos os direitos mínimos, agora entram na Universidade como trabalhadores de rápidos e flexíveis contratos que nada garantem (direito a greve, férias etc.). Sem falar das péssimas condições de trabalho ocasionadas pela expansão sem verba que ocorreu nos últimos anos.

Isso reflete diretamente na qualidade de ensino, pesquisa e extensão. Os professores de dedicação-exclusa diminuem cada vez mais, e a orientação dos alunos fica comprometida. Os trabalhadores que recebem um salário miserável e trabalham horas a fio não tem condições de se qualificarem ou prestar um serviço melhor. A falta de incentivo para tais carreiras se mostra evidente no alto nível de desistência desses empregos, tanto em servidores, quanto em docentes.

Mercantilização da educação e neoliberalismo na Educação Superior: a causa do sucateamento da Universidade pública e da privatização da educação superior

“[Na visão neoliberal] as universidades torna-se-iam empresas à busca de clientes – alunos disponíveis [...] – e em concorrência com o mercado mundial para atrair os melhores fatores de produção – professores e os financiamentos – com vistas a maximizar os lucros.”

Hélgio Trindade

A situação da Educação Superior brasileiro e particularmente da Universidade pública apresentadas até aqui é preocupante e vem se agravando em diversos aspectos. Atualmente o direito a educação pública, gratuita e de qualidade no nível superior, que já era restrito a uma elite, vem sendo ameaçada nos últimos anos através da privatização e da precarização. Isso se dá, sobretudo, pela políticas neoliberais aplicadas pelos governos brasileiros a partir dos anos 90 (sendo eles de “esquerda” ou de direita), para garantir a continuidade de acumulação de capital, que visam o desmonte da coisa pública e a transferência de serviços fundamentais (educação, saúde, transporte etc.) para o setor privado. Esses governos seguem os mandos dos organismos multilaterais do capital que gerenciam as reformas neoliberais, como é o caso do Banco Mundial na educação. Para eles, o problema da educação superior (pouca eficácia/eficiência, altos gastos, acesso muito restrito, pouca preparação para o mercado de trabalho etc.) só será resolvido, para o capital e não para o povo, vale lembrar, numa reforma administrativa, buscando outras formas de financiamento e gestão, e numa reforma acadêmica, que flexibilize os currículos e as formas de ensino para alcançar o máximo de pessoas possíveis com o menor custo preparadas para atuar nos mercados emergentes. Tudo isso para se encaixar nos novos paradigmas produtivos do capitalismo.

O modelo acadêmico que se tenta chegar se assemelha muito ao norte-americano. Nos Eua o governo conseguiu um maior número de pessoas na educação superior, sem mexer nas estruturas elitizadas dos grandes pólos de pesquisa, a partir a utilização dos *colleges*, que oferecem cursos de rápida formação de bacharéis em grande áreas. Essa “educação superior”, que mais se aproxima mais com escolões pós-ensino médio, é o que muitas IES no Brasil vem se tornando, com a massificação, diversificação de instituições flexibilização e implementação de novos cursos e novas formas de ensino, se opondo ao modelo de Universidade conhecido, com ensino, pesquisa e extensão, que fica restrito a poucos.

A lógica neoliberal transforma a educação superior na prática como pudemos ver. As políticas educacionais visam resolver a questão de qualidade x quantidade para o mercado através da criação de centros de excelência em pesquisa e tecnologia, com profissionais que sobreviverem ao darwinismo social da ultra seleção, e uma massa de escolões tecnicistas de baixa qualidade que formam de maneira rápida e de baixo custo mão-de-obra barata.

Os trabalhadores da educação e os estudantes, para garantir o direito à educação e construir uma real democratização da educação superior, que a coloque a serviço do povo, e não do capital, deve resistir ativamente a essas ditas reformas que são aprofundadas dia após dia nas IES.

Universidade de Brasília – conjuntura atual e seu funcionamento

A Universidade de Brasília é uma das 55 Universidades Federais, de direito público. A UnB é uma instituição de educação superior pública que oferece ensino, pesquisa e extensão. Uma ínfima parte da população brasileira tem acesso a Universidades públicas, que são as de maior qualidade em ensino e pesquisa. Em 2005 a UnB, com mais de 370 mil jovens no DF, a UnB só incorporava enquanto estudantes menos de 20 mil, sendo quase 70 mil o número de estudantes na educação superior no DF.

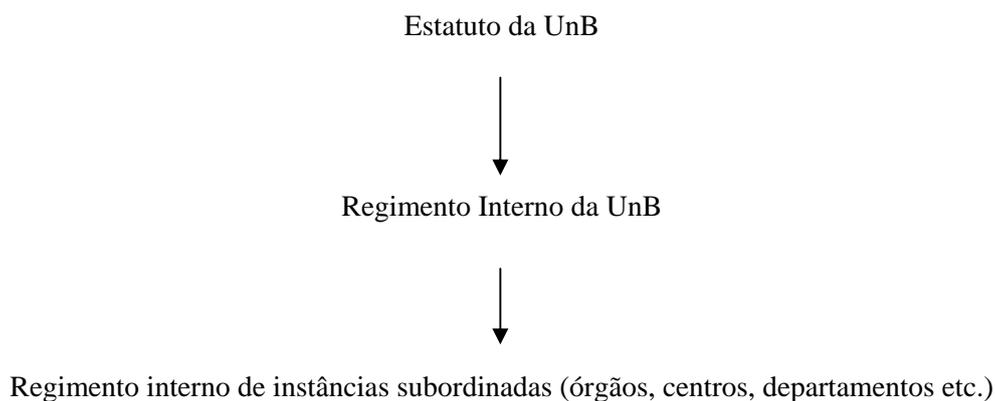
Graças a suas maneiras elitistas de acesso (vestibular, PAS) são poucos os estudantes de escola pública ou da periferia que conseguem passar e concluir seu curso. Os que passam normalmente são em cursos de baixos argumentos no vestibular/PAS. A maioria das vagas vão para aqueles estudantes que puderam pagar um cursinho pré-vestibular ou um ensino médio privado.

A comunidade universitária é formada: pelos estudantes, maioria absoluta; servidores técnico-administrativos, trabalhadores concursados e com garantia trabalhistas; docentes; e terceirizados/contratados diretos, que representam a maior parte da mão-de-obra da UnB e o seu setor mais explorado, com um trabalho condições de trabalho precarizadas e poucos direitos trabalhistas.

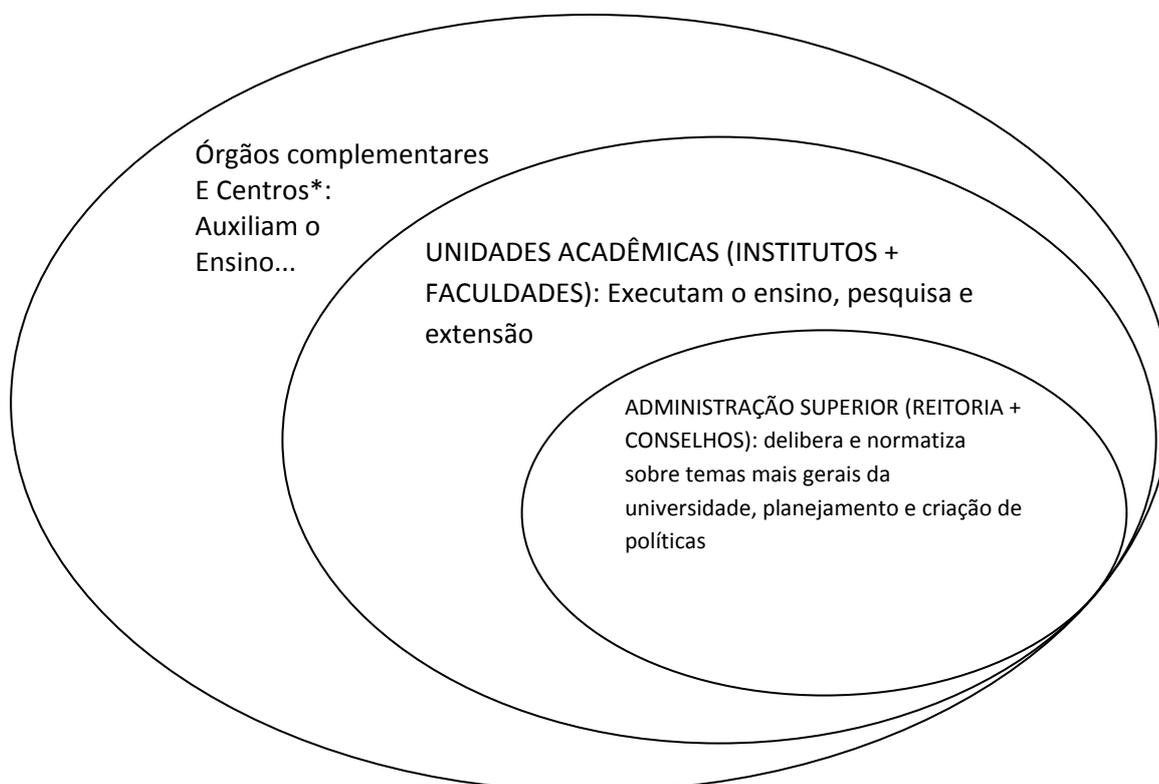
Atualmente, a gestão de recursos e de pessoal não é feita somente pela administração superior e pela FUB – Fundação Universidade de Brasília (pública), mas também pelas fundações de apoio de direito privado, já citadas neste texto, que recebem incentivo tanto dos governos quanto das reitorias. A mais famigerada e maior delas é a FINATEC, envolvida em casos de corrupção e desvio de função. Essas fundações, que na teoria não possuem fins lucrativos, mas tem patrimônios cada vez maiores e financiam empreitadas empresariais de “sócios”, são geridas por professores com interesses empresariais, e privatizam “por dentro” o conhecimento e tecnologia gerados pela universidade pública. Essa diluição entre o público e o privado impede o controle pelos estudantes e trabalhadores das finalidades da universidade, que acaba na mão de interesses privados que se utilizam de uma instituição pública para lucrar. A UnB é regida por um Estatuto e por regimentos internos, gerais ou específicos. Neles constam os princípios gerais da UnB e como se dá o funcionamento político-administrativo da Universidade.

A seguir estão alguns esquemas que sintetizam o funcionamento administrativo e representativo da Unb:

Suporte legal:



Organização da UnB:



* Exemplo de órgãos e centros: biblioteca central (BCE), centro olímpico (CO), hospital universitário (HUB) etc.

Estrutura Administrativa:



Órgãos executivos



Órgãos deliberativos, normativos e consultivos (no caso exclusivo do Conselho Comunitário)

FUB
(pessoa jurídica que criou a unb seu estatuto e a mantém; todo patrimônio da unb pertence a ela)



UNB

REITORIA

(Reitor, Vice, Assessorias etc.)

Decanatos
(além de Diretorias, Secretarias ...)

Prefeitura

CONSUNI (Conselho
Universitário)

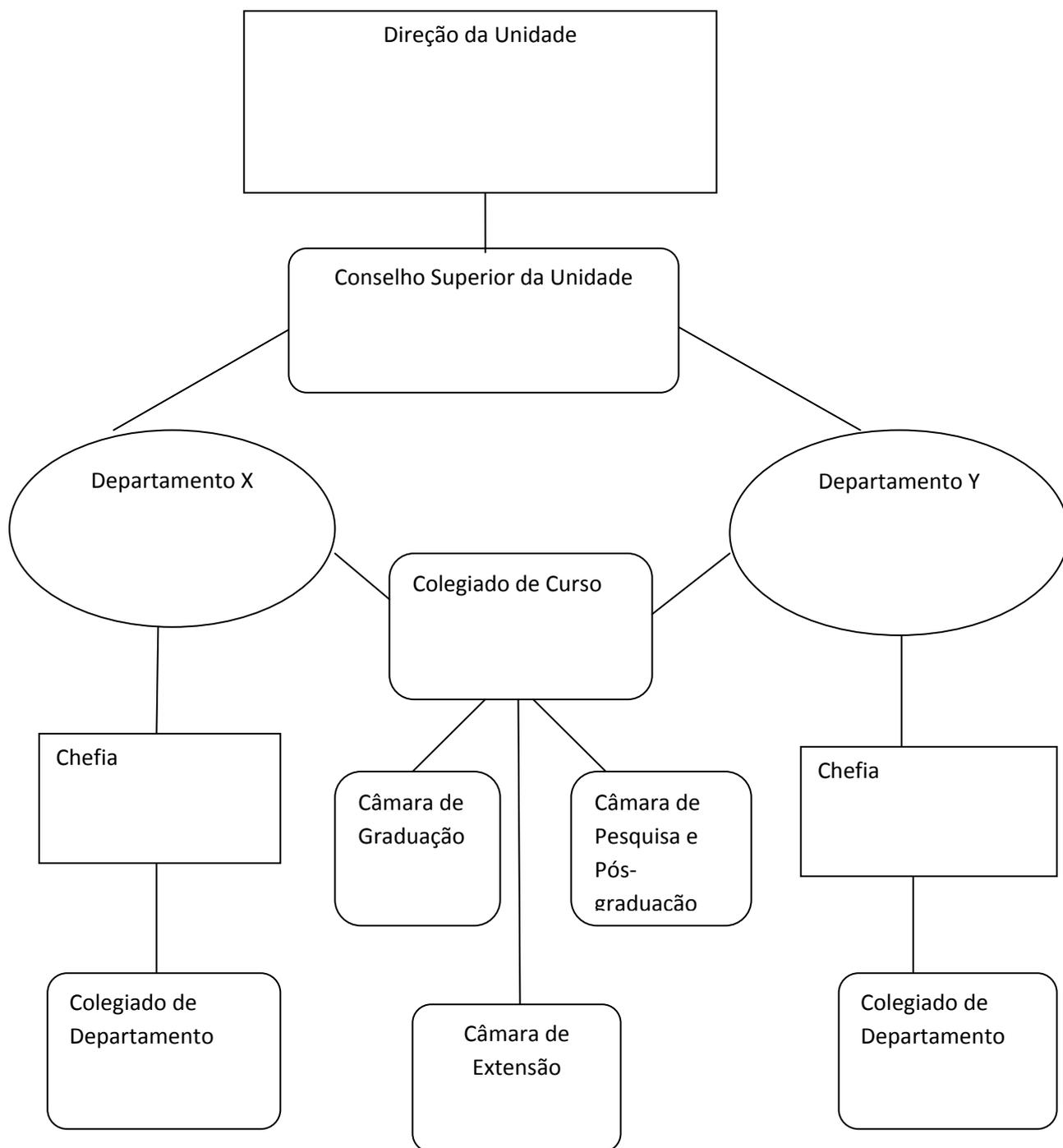
CAD (Conselho de
Administração)

CEPE (Conselho de
ensino, Pesquisa e
extensão)

Conselho
Comunitário

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Estrutura de unidade acadêmica: exemplo



Outras instâncias que não fazem parte da estrutura administrativo-acadêmica da UnB: Entidades de base representativas dos seguimentos da comunidade universitária – o movimento estudantil, docente e sindical

SINTFUB – Sindicato dos servidores técnico-administrativos da UnB.

ADUNB – Sindicato dos docentes da UnB.

DCE – Diretório central dos estudantes, direção do movimento estudantil de todos os *campi*, as gestões são eleitas de 2 em dois anos pelos estudantes. Possui um regimento próprio, convoca a Assembléia Geral dos Estudantes e os CEB's (Conselhos de entidades de bases, no caso, estudantis, CA'S e DA'S).

CA'S e DA'S – Centros e diretórios acadêmicos, são espaços de representação estudantil de cada curso/conjunto de cursos. Possuem regimentos e espaços deliberativos próprios, além de gestão eleita pelos estudantes.

Por que o movimento estudantil não deve participar das instâncias deliberativas do modelo universitário vigente?

A administração universitária, como pode ser visto, se organiza em diversos níveis, que, por sua vez, são regidos por legislações próprias que normatizam a dinâmica de tomada de decisão e gestão. Apesar de possuir uma aparência democrática, que impede qualquer medida autoritária dos gestores, a realidade é que, a atual estrutura administrativa universitária, é extremamente burocratizada e anti-democrática: sua hierarquização impede a participação ativa de vários seguimentos da comunidade universitária, principalmente os estudantes e os servidores, que possuem poder de decisão simbólicos nos órgãos deliberativos e nas escolhas de gestões (apenas 15% de poder de voto, cada um desses seguimentos), mesmo estes seguimentos representando a maioria da comunidade universitária.

Baseando-se e legitimando-se numa ideologia e prática meritocrática e tecnocrata, tão difundida no ensino superior, a administração da universidade é feita não na decisão de assembleias e reuniões democráticas, onde todos possuem voz e voto, e onde todos seguimentos podem participar das decisões e gestão, mas sim na vontade pessoal de uma reitoria que pode aprovar medidas sem passar pelos conselhos (*Ad referendum*), e por órgãos deliberativos onde quem tem poder real é um grupo de docentes, que, pelo fato de serem “doutores” e uma vida mais acadêmica, possuem mais direito de decidir sobre os rumos da universidade. Os terceirizados, por exemplo, que dão suas vidas para a manutenção da universidade, em trabalhos degradantes e sem direitos, e representam a maior parte da mão-de-obra da universidade não possuem vez por não serem “doutores” nem terem um vínculo formal maior com a instituição. Essa tecnocracia que hoje governa a universidade muitas vezes não respeita as medidas tomadas democraticamente em assembleias, atropelando a vontade da comunidade acadêmica.

Tal modelo, provindo da reforma universitária de 68 implementada pelo governo militar juntamente com o imperialismo ianque, serve para o controle eficiente do Estado sobre a universidade, desrespeitando a autonomia universitária. Vários exemplos poderiam ser citados de como essa forma de gestão é autoritária e desrespeita as decisões de vários seguimentos da comunidade universitária.

Participar das instâncias burocráticas da universidade seria, então, de certa forma legitimá-las, coisa que o movimento estudantil deve se opor fortemente. Além do mais é uma forma de desgastar o movimento na burocracia e perder o poder real de ação-direta dos estudantes. Um exemplo disso são os setores burocráticos e parlamentaristas do movimento estudantil, que se utiliza propositalmente da tática da disputa interna das instâncias da administração universitária para a desmobilização e o atraso da consciência política dos estudantes, e assim, não ameaçar os desejos das reitorias e governos, seus “patrões”.

Devemos lutar sim por uma estrutura democrática dentro da universidade, como uma forma de alcançar uma real autonomia, onde todos os seguimentos tenham voz e possam decidir os rumos da universidade. Isso se daria parcialmente com a paridade nos conselhos (peso igual para todos seguimentos) e voto universal nas eleições de gestores. Mas não será através de reformas internas que se alcançará uma estrutura realmente democrática, mas, principalmente, através da construção substitutiva de uma nova estrutura político-administrativa que se baseie numa democracia de base não-tecnocrática. **Essa estrutura se assemelharia aos conselhos comunitários, que funcionariam como órgãos de duplo poder desvinculados política e juridicamente da atual estrutura**

Estatal/Universitária, onde os delegados seriam votados pela base de seus respectivos seguimentos, podendo seus mandatos serem revogados a qualquer momento. Assim, o poder de decisão estariam na mão de todos, em assembleias abertas e não em reuniões burocráticas e desiguais onde a gestão tem total poder de decisão. A construção de organismo de tipo *consejos comunitarios* (**duplo poder**) é o foco estratégico da Oposição CCI.

Para alcançar esse modelo democrático, o movimento estudantil deve privilegiar a mobilização direta dos estudantes, negando as instâncias burocráticas, inimigas dos estudantes, para realizar suas pautas. O movimento estudantil já possui suas instâncias democráticas (CA'S, DCE'S, CEB'S, assembleias etc.) e nestas deve se basear para sua atuação. Levar as reivindicações estudantes para o labirinto burocrático da tecnocracia da administração seria (e o é, na prática!) levar as mesmas à derrota, sem nem mesmo aumentar o nível de organização e de consciência dos estudantes. Conscientes disso, os estudantes devem acreditar no seu poder de organização e luta e que, só através dele alcançarão vitórias e acumular para uma universidade mais democrática e autônoma.

Rumo a uma Universidade Popular: Trabalhadores e Estudantes, Avante!

De la crítica de la universidad de clase, a la crítica de la sociedad de clase.

Lema estudantil-classista latino-americano

Diante desse cenário do ensino superior brasileiro e especialmente da UnB, a Oposição CCI constrói seu programa e atuação visando brechar os ataques do governos e dos empresários à educação pública, travestidos de “reformas democratizantes” e apoiados pelos setores governistas do movimento estudantil. Ao mesmo tempo que luta por uma estrutura democrática interna das Universidades. Acreditando que, assim, estaremos, passo a passo, colaborando para a construção de uma Universidade que sirva ao povo, uma *Universidad Popular* e isso seria viável: 1- através do acesso irrestrito das massas populares na universidade, sem nenhum mecanismo que impedisse o direito de quem estudar efetivamente ingressar e poder estudar; 2- através do controle direto dessa Universidade pelo povo, fazendo com que o conhecimento e tecnologia gerados por esta não sirva às elites, às classes dominantes, como historicamente vem ocorrendo, mas sim às necessidades do povo, das classes trabalhadoras.

Não achamos que isso seja uma tarefa impossível ou “idealista”, tampouco achamos que, a universalização do ensino superior público faria este perder a “qualidade”. Achamos porém que essas pautas só serão conseguidas com muitas lutas e através da união ativa entre estudantes e trabalhadores contra os interesses do Estado e dos empresários. É perfeitamente possível o Estado, ao deixar de privilegiar primeiramente os capitalistas, financiar uma educação universal e de qualidade em todos os níveis e regiões. Além disso, os altos custos da educação hoje, em grande parte, se dá para garantir a estrutura burocrática e mercadológica das instituições. Reformas devem ocorrer sim, mas não as neoliberais e antidemocráticas, que são as atuais e contra o povo.

Vale lembrar também, que essa tarefa é pauta histórica do movimento estudantil, sendo nosso dever dar continuidade à luta de vários estudantes que deram suas vidas por uma educação melhor para seu povo.

É na luta aliada com os trabalhadores que se pode almejar a possibilidade de um modelo justo de ensino, oposto ao existente atualmente, que não esteja a serviço das classes dominantes. Por isso a necessidade de nossos princípios: classismo e combatividade.

Ver também:

- ❖ La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia – Banco Mundial
- ❖ Neoliberalismo e Universidade – Marilena Chauí
- ❖ Neoliberalismo e educação: manual do usuário – Pablo Gentili
- ❖ A contra-reforma universitária de Lula da Silva – Roberto Leher

2. Informações gerais sobre o Movimento Estudantil: breve histórico e a RECC

O Movimento Estudantil ontem e hoje

O movimento estudantil brasileiro desde os anos 80 foi e é dominado pela prática política das correntes estudantis ligada ao Partido dos Trabalhadores e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Desde então, serve para a inserção na política institucional e para arregimentar quadros para os partidos eleitores. Lindberg Farias, Prefeito de Nova Iguaçu, Orlando Costa, Ministro dos Esportes, Renildo Calheiros, Prefeito de Olinda, Fernando Gusmão, deputado estadual, e Aldo Rebelo, deputado federal, são alguns exemplos desta política. Hoje, a UNE (União Nacional dos Estudantes) comandada pela UJS/PCdoB apóia e formula políticas para o Ministério da Educação.

A UNE, assim como a estrutura sindical oficial e corporativista, nasceu em pleno Estado Novo, em 1937. Desde então, ela foi hegemônica pelos partidos burgueses, correntes políticas da esquerda reformista e da Igreja Católica. Assim, em seu segundo congresso elege como Presidente de honra, Getúlio Vargas. Em 1947, sob a hegemonia do Partido Socialista Brasileiro (PSB), participa da campanha "O Petróleo é Nosso".

Após a participação da direita, inicia-se na entidade um período de ascensão das organizações católicas de esquerda. Começa com Aldo Arantes e depois culmina na vitória para presidente de José Serra, militante da Ação Popular (AP). Esta organização havia surgido de uma dissidência entre a hierarquia religiosa e o grupo da Juventude Universitária Católica (JUC).

No período que vai de 1964 -73 podemos identificar a UNE como uma organização co-irmã dos trabalhadores e camponeses. As organizações revolucionárias como VAR-Palmares (Vanguarda Popular Revolucionária) e ALN (Aliança Libertadora Nacional) passam atuar no movimento estudantil. Vários dos militantes dessas organizações revolucionárias morreram em combate contra a ditadura civil-militar (1964-89). Desde o início da Ditadura até o ano de 1973, o movimento estudantil atuou em colaboração com o movimento dos trabalhadores e camponeses e combateu a política educacional da ditadura expressa nos acordos MEC-USAID.

A repressão ao Congresso de Ibiúna/MG em 1968 decretou a perseguição política ao movimento estudantil, principalmente das correntes classistas e combativas. Foi uma das primeiras ações da ditadura para endurecer o regime, para controlar o avanço das idéias revolucionárias dentro da UNE e do Movimento Estudantil. Uma ação político-militar, realizada principalmente depois do AI-5, e com a reformulação total da organização universitária para dificultar a organização do movimento estudantil.

A refundação da UNE em 1979 já se dá em um quadro completamente diferente. A esquerda revolucionária que participara da luta armada (1968-75) já havia sido derrotada e não representava nenhuma influência no Movimento Estudantil. O modelo universitário de 68 já estava consolidado. A partir de então, a entidade passa a ser hegemônica pelo PT e, principalmente, pelo PCdoB – através da UJS (União da Juventude Socialista). Os setores reformistas refundaram a UNE e mantiveram sua característica corporativista. Iniciaram a prática de encontros nacionais por área que serviu como elemento desorganizador para o movimento de área. Ao mesmo tempo burocratizavam os congressos de base.

A partir de então a concepção política hegemônica não entende os estudantes como uma fração da classe trabalhadora capaz de se organizar e criar um movimento de massa e classista. O movimento abdica de ter suas bandeiras reivindicativas e se alia aos outros setores da classe para construção de greves gerais.

Passa-se então para a prática política policlassista. As correntes estudantis reformistas ficavam à reboque de bandeiras partidárias de colaboração de classe. Isso levou a defesa do modelo de Universidade da ditadura civil-militar, que tanto os estudantes de 68 lutaram contra. Ou seja, ao invés de construir na base do Movimento Estudantil a reivindicação pelo acesso livre, reivindicando o voto universal em todas as instâncias e um outro modelo de gestão que não o departamental, transformou em fetiche o jargão "público, gratuito e de qualidade".

A política de capitulação definitiva da UNE pode ser vista no movimento dos "caras pintadas". A entidade foi às ruas contra a corrupção e pedindo o impeachment de Fernando Collor, demonstrando toda sua política policlassista e suas bandeiras burguesas.

Os congressos da entidade se burocratizavam cada vez mais e não representavam a base dos estudantes. O movimento estudantil passou por uma imensa desmoralização, uma vez que servia de trampolim político-partidário.

O empoderamento de estudantes de direções de entidades através de eleições forjadas e viciadas, com a UJS/PCdoB agindo de forma semelhante a um Sindicalismo Mafioso, tornou-se prática corriqueira.

No Movimento de Área, a adoção de Encontros ajudou a desorganizá-lo com plenárias finais despolitizadas e sem nenhum critério de delegação. As plenárias transformaram-se em disputas de bandeiras políticas partidárias de correntes estudantis, transformando executivas e federações em meras correias de transmissões dos partidos. O movimento estudantil, assim como o sindical, ficou subordinado à luta parlamentar, institucional, e deixou de se organizar, discutir suas questões e as alianças com as outras frações da classe.

A desorganização e centralização/burocratização com a Política Policlassista dos reformistas, ajudaram continuamente a enfraquecer o Movimento Estudantil – e distanciá-lo da luta dos trabalhadores do campo e da cidade, reforçando sua conduta corporativista. Tal como o movimento sindical, não conseguiu destruir a estrutura oficial. Isso significou a contínua evolução das práticas legalistas de ação e as práticas cupulistas de decisão.

A política de capitulação da UNE se intensificou no governo FHC. Na greve de 2001, a entidade só aderiu ao movimento quando o governo acabou com o monopólio da confecção de carteiras de estudantes para meia-entrada.

A eleição de Lula em 2002 só veio expor claramente esta situação, uma vez que a UNE, totalmente burocratizada, começou a servir de Secretaria da Juventude do Ministério da Educação. Inclusive, fazendo parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A partir de então, o PSTU puxa uma ruptura com a UNE e forma a Coordenação Nacional de Lutas Estudantis (CONLUTE). Apesar de sair da entidade, o Partido teve uma concepção e prática policlassista para o Movimento Estudantil, mantendo as práticas políticas governistas e a colaboração de classe. Com isso mantém uma política de aliança com o PSOL, que faz parte da atual diretoria da UNE.

A CONLUTE nunca se consolidou. Mesmo com os pedidos humilhantes do PSTU o PSOL nunca aderiu à entidade. Embora atue com a mesma concepção, o PSOL tem uma ação mais destruidora para o movimento, pois sua colaboração de classe sempre foi feita sem constrangimentos. Sem nenhuma vergonha, todas as correntes ligadas ao partido liquidaram as recentes mobilizações estudantis de massa. O objetivo principal sempre foi se concentrar em tentar fazer uma débil oposição parlamentar à UJS na UNE, através da Frente de Oposição de Esquerda (FOE) - frente essa que já acabou.

Por sua vez, a política do PSTU de aliança com este setor só conduz o movimento para sua total desmobilização e desorganização. Não rompe definitivamente com a UNE e com o governismo. Não por acaso foram estas correntes que acabaram com a Ocupação da USP e da UnB, além de terem apostado todas suas fichas na mobilização legalista, por dentro dos conselhos universitários, contra o REUNI. Elas não acreditam na capacidade de mobilização e ação dos estudantes.

O Movimento Estudantil, para o setor majoritário, é puro aliciamento partidário. Para esse setor, o estudante serve apenas de "boiada" em atividades específicas, tal qual a prática parlamentar dos Partidos. Procuram os estudantes para representá-los e não para trazer estes para a luta reivindicativa. Um exemplo desta política colaboracionista foi a adoção, no Congresso de Betim da CONLUTAS, de uma limitação de 10% no peso da participação estudantil. Essa medida leva o Movimento Estudantil a se distanciar da aliança com outras frações da classe trabalhadora.

Como consequência, temos a política equivocada do setor majoritário da CONLUTAS, de convocar um congresso para formar uma entidade semelhante a UNE. Os Diretórios Acadêmicos, DCE's e Executivas de Cursos devem estar em uma Central de Classe e não em organização como a UNE!

Por isso, é mais do que necessário organizar o movimento estudantil com uma verdadeira mobilização pela base. E romper definitivamente com o UNE e os para-governistas. As práticas policlassistas do Parlamentarismo Estudantil que assolam o Movimento Estudantil desde a década de 80 devem ser destruídas. Precisamos construir um movimento classista e combativo que leve para as ruas bandeiras como acesso livre, fim dos cursos pagos e voto universal em todas as instâncias.

Abaixo a UNE e UBES pelegas! Por uma Universidade Popular! Livre Acesso já! Viva o Movimento Estudantil Proletário!

O que é a Rede Estudantil Classista e Combativa - RECC?

Entre os dias 11 e 14 de junho de 2009, ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso Nacional de Estudantes (CNE). Este congresso foi parte de um processo de reorganização que o movimento estudantil nacional vinha passando desde que suas principais entidades, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), tornaram-se importantes aliadas do governo na implementação das reformas neoliberais que destroem a educação pública.

Paralelamente ao CNE foi convocada uma Plenária dos Estudantes Classistas e Combativos. A idéia desta plenária era articular através de entidades e oposições de base, como CA's e grêmios, um movimento estudantil combativo que realmente polarizasse com o governo, sempre ressaltando os métodos de ação direta em detrimento da via burocrática e legalista. Buscando a articulação das lutas em âmbito nacional pela base, fazendo as críticas aos setores carreiristas que utilizam os organismos de base dos estudantes como palanque eleitoral. Durante essa Plenária, em debates riquíssimos sobre a conjuntura nacional das lutas, sobre a necessidade da luta por uma educação popular, surge a Rede Estudantil Classista e Combativa – RECC.

A RECC se organiza por entidades de base (Grêmios, Centro Acadêmicos, DCE's) e oposições (dentre elas, a Oposição CCI ao DCE da UnB), através de uma lista de email nacional, um jornal impresso nacional: "AVANTE!", um blog (redeclassista.blogspot.com), reuniões das seções regionais, assim como por uma coordenação executiva nacional com representantes de cada região. Sem o objetivo de ser uma "nova entidade estudantil", ela é um instrumento nacional de organização entre os estudantes proletários e lutadores que assumem uma política anti-governista e criticam o papel do para-governismo. Assim a RECC nasce armando politicamente os estudantes para o próximo período.

As grandes massas de estudantes hoje no Brasil estão nas escolas públicas, e estas escolas na maioria das vezes estão em condições extremamente precárias, com os professores recebendo salários baixos, os alunos não possuem estrutura para estudar, transformando nossas escolas em um verdadeiro barril de pólvora para a rebelião dos estudantes e trabalhadores da educação. A RECC se propõe a ser a faísca a acender de uma vez a chama da organização e da ação direta estudantil. Os estudantes organizados na RECC serão os primeiros a se lançar na luta e os últimos a sair.

A organização dos estudantes secundaristas é fundamental para estarmos construindo um Movimento Estudantil forte e unido, assim como combater a UBES e sua política governista nefasta é uma tarefa fundamental dos secundaristas em luta. A cartilha da RECC "Construir um Grêmio Estudantil de Luta" tem como objetivo central ajudar os estudantes a organizarem um Grêmio Estudantil em sua escola, dar um panorama geral da história do Movimento Estudantil no Brasil, sobre o avanço do neoliberalismo na educação, assim como apresentar o programa e princípios da RECC de orientação dos Grêmios Estudantis.

Atualmente a RECC integra o Fórum de Oposição Sindical, Popular e Estudantil (FOSPE), que agremia setores do movimento estudantil, popular e sindical nacionalmente e busca a construção de uma Central de Classe. Este Fórum de oposição de base surgiu na Plenária dos Movimentos de Base realizado no Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), nos dias 05 e 06 de junho de 2010 na cidade de Santos. O Fórum tem como objetivo organizar a luta dos trabalhadores pela base e por isso se constitui com ativistas, militantes, oposições e organizações por local de trabalho, estudo e moradia. Suas ações são pautadas no classismo e na solidariedade de classe, de modo a romper o legalismo e o corporativismo. Tal Fórum compreende a necessidade de um movimento de oposição pela base que seja anti-governista, combativo e classista, ou seja, não concilie com o governismo e lute pelo fim da estrutura sindical (imposto sindical, carta sindical e unicidade sindical).

Nossos Princípios:

- ❖ Ação Direta
- ❖ Democracia de Base
- ❖ Autonomia frente a partidos e governos
- ❖ Anti-governista e Anti-reformista
- ❖ Classista, pois entendemos o Movimento Estudantil como uma fração da classe trabalhadora.

Entre outras reivindicações, pelo que lutamos:

- ❖ Universalização completa do ensino superior público. Pelo fim do Vestibular:
- ❖ Livre Acesso já! Vagas pra quem quer estudar!
- ❖ Aumento do número de professores; realização imediata de concursos!
- ❖ Aumento salarial para professores e funcionários!
- ❖ Abaixo a terceirização nas escolas públicas! Pela imediata incorporação dos terceirizados ao quadro efetivo!
- ❖ Passe livre sem restrições!
- ❖ Voto universal nas eleições para diretores das escolas!
- ❖ Fim do sistema de aprovação automática!
- ❖ Fim do IDEB e de todas as formas de ranqueamento governamentais!
- ❖ Fim do Ensino Médio Inovador!
- ❖ Assistência Estudantil (todo tipo de assistência ao estudante, como psicológica, nutricional, médica, odontológica, etc.)

Métodos de Luta:

- ❖ Desobediência (greves de estudantes, paralisações para assembleias, recusa de participar em aulas ou provas em horários de reunião ou assembleia);
 - ❖ Passeatas;
 - ❖ Ocupações da Câmara de vereadores, da Prefeitura, da Assembleia Legislativa, da reitoria, das empresas de ônibus, etc.;
 - ❖ Vigílias em frente à casa do prefeito, de vereadores, de deputados, de governadores, de donos de empresas de transporte, do Conselho Tutelar, de delegacias, etc.;
 - ❖ Promoção de eventos culturais e informativos (shows, festas, bailes, palestras, exposições, etc.);
 - ❖ Barricadas ou obstruções em rodovias e estradas do município;
 - ❖ Abaixo-assinados (Sendo este um método secundário, onde se busca através dele fazer nada mais que propaganda e buscar apoio para determinada causa);
 - ❖ Comunicações, campanhas e propagandas generalizadas pela cidade (murais, cartazes, faixas, jornais etc.).
-

3. Teses fundantes de nossas concepções.



- A tese ao 1º Congresso da Conlutas de (2008)

-Tese ao CNE (2009)

-Tese ao 2º Congresso da CONLUTAS e ao CONCLAT (2010)

Em defesa do movimento estudantil combativo, classista e independente.

Tese ao Congresso da Conlutas - 2008

Autoria: Glauco Luiz de Barros, militante da Oposição Estudantil Combativa Classista e Independente ao DCE- UNB.

*“... as noites cegas são poderosas mas nós,
nós somos a sua paciência”*

Victor Serge, Memórias de um revolucionário.

Introdução

A tese aqui apresentada busca contribuir minimamente para processo de luta estudantil. Entendido desta forma é preciso dar a luta estudantil sua dimensão de classe. O sistema capitalista que separa, por meio da propriedade privada, a realidade em dois mundos, um de possuidores e outro de deserdados, é o principal agente da miséria social. É no conjunto das massas trabalhadoras é que se encontra todo potencial de justiça e mudança. Isso tem uma implicação muito clara aos estudantes proletários: cabe a eles a importante tarefa de dar as mãos aos trabalhadores do campo e da cidade para edificar suas vitórias específicas e conjuntas.

Para tal objetivo devemos lançar um olhar, ainda que precário, sobre os acontecimentos do mundo e do Brasil para nos armar para esta luta.

1- Considerações breves sobre a conjuntura.

Vivemos em tempos de neoliberalismo, ou dito de outra forma, vivemos tempos de ascenso de acumulação dos capitalistas e de declínio de organização da classe. Colocado assim poderia parecer uma sentença de completo derrotismo, porém este não é o objetivo almejado aqui. A tarefa do movimento estudantil é se deparar com a realidade, a pior que seja, e se deparar com as insuficiências e debilidades de modo a superá-las. A análise do desenvolvimento do capitalismo ganha uma dimensão importante para a consolidação desta tarefa.

Após a crise do capital na década de 70 o capitalismo precisou se reorientar para se desenvolver, tendo em vista o esgotamento do fordismo-keynesiano. Assim, para superar a estagnação se observou uma reestruturação produtiva em rumo ao toyotismo no âmbito micro-econômico e uma guinada neoliberal no aspecto macro econômico.

A primeira é expressa na otimização do processo de super-exploração do trabalho e migração dos parques produtivos para setores do globo com mão de obra mais barata ampliando a taxa de lucro. Observa-se assim, o surgimento de um mercado de trabalho fragmentado em dois segmentos, sendo um deles possuidor algumas garantias remanescentes e outro sujeito à precarização, terceirização e todo tipo de artifício para possibilitar a acumulação de capital. Existe uma tendência em que este último seja o perfil padrão do proletariado nos países periféricos. Tal fragmentação não é estanque e conhece diversas matizações dentro do próprio setor inferior dito acima, lembrando que: como o toyotismo está vinculado a uma flexibilização da acumulação ele se conjugará também com formas de acumulação primária (trabalho semi-escravo etc).

A segunda característica dialeticamente vinculada é a orientação neoliberal que opera uma série de medidas para favorecer o liberalismo econômico. Dentre elas poderiam se destacar: flexibilização dos direitos trabalhistas, financeirização da economia, canalização da previdência e fundos de pensão para acumulação de capital, privatização de diversos segmentos de produção e serviços, transformação das Universidades em espaço de ampliação do capital e qualificação de mão-de-obra superexplorada, ampliação da exploração tanto objetiva quanto relativa etc.

Assim, ambos os ajustes demonstram uma ligação entre o desenvolvimento da economia capitalista e as políticas que a sustentam considerando aqui a mudança de papel do Estado, que deixa de lado seu papel de “estado providência” dos países centrais no lugar de agente econômico (via mercado financeiro, via conjugação com o capital privado nacional e transnacional) e repressor das massas. O quadro acima configura uma nova Divisão Internacional do Trabalho onde as grandes corporações transnacionais têm importante papel.

2- Implicações políticas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

No Brasil este processo pode ser observado desde a “abertura política” burguesa pós-ditadura civil-militar com a escalada de privatizações nas gestões Fernando Collor, FHC e com a continuidade de Lula. Porém, este último revela um papel político que é importante precisar. O fato de uma gestão de esquerda ter assumido o governo central do país revela uma necessidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Quer dizer, foi necessário um agente político que coordenasse os trabalhos de ajuste macroeconômico, expressos nas reformas neoliberais, de modo a garantir uma transição tranqüila e sem grandes convulsões sociais ao liberalismo econômico. Deste modo, os espaços como a CMS (coordenação dos movimentos sociais) com a presença do MST, da CUT, paralisada pelo seu sindicalismo propositivo, de resultados, ao lado da União Nacional dos Estudantes tem a função de transformar os espaços de organização da classe em locais de colaboração de classe, em partícipes da política neoliberal.

Seria importante focar a análise a esta altura na UNE tendo em vista o norte estudantil almejado por esta tese. A UNE surge em 1937, no período do Estado Novo varguista, e teve uma presença inicial em campanhas nacional-desenvolvimentistas como “o petróleo é nosso”. Possuiu uma participação significativa da direita até 1956 e a participação da esquerda católica até o golpe civil-militar, ganhou caráter classista estando ao lado dos trabalhadores do campo e da cidade em 1964-1968 com participação de membros da VAR-Palmares e da ALN. Em 1968, a repressão militar invade o congresso de Ibiúna em Minas Gerais, seria o fim da UNE. Esta só vem a reaparecer em 1979 sendo hegemonizada pelo PT e PC do B. Este processo está ligado à ascensão de lutas com o início de um ciclo denominado “petista” marcado pelo surgimento do PT e da CUT. Este ciclo se destacou pela via reformista que os movimentos de massa tomaram. Creditava-se à democracia burguesa a sua luta política da classe, assim a disputa pelo governo central do país, nos marcos da eleição burguesa, assumia um papel estratégico.

Deste modo, fica claro o papel da UNE no após a vitória de Lula: se pode ser vista uma aliança clara entre as burocracias sindicais com o imperialismo internacional para efetivar a reestruturação produtiva numa via, a UNE ocupa um papel similar no que tange a seu apoio à Reforma Universitária. Tal sintoma só pode atestar que o destino final do reformismo e a colaboração de classes é a posição contra-revolucionária, sendo um executor de tarefas do liberalismo econômico e do imperialismo. Quer dizer, a burocracia da UNE manifesta em seus parlamentares estudantis e prática legalista, agora em defesa do governo Lula, é seu estágio mais acabado de desenvolvimento.

De modo sintético: a UNE e sua burocracia de parlamentares estudantis é uma tropa avançada em defesa do governo Lula e sua reforma universitária.

A caracterização da reforma universitária já foi mencionada levemente mais acima. De modo breve, podemos acrescentar aqui tudo o que já foi e vem sendo denunciado nas bases estudantis pela Oposição estudantil C.C.I. ao DCE-UNB:

"A Educação Superior tem sido duramente atacada recentemente em todo país.(...) A chamada reforma Universitária está situada como o centro deste processo de ataque realizando a privatização das Universidades públicas. A lógica desta reforma possui uma dinâmica ainda cruel porque se apresenta de modo pouco claro para o estudando por seu caráter fragmentário, quer dizer, por se operar em diversos decretos de lei, medidas provisórias etc. Todas estas possuem um sentido em comum de transformar as IES (instituições de ensino superior) em espaços de apropriação capitalista, quer dizer de ampliação do lucro da classe burguesa, os proprietários.

Este é o sentido de medidas como o PROUNI, que transfere as riquezas dos trabalhadores aos empresários das faculdades privadas, da lei de INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, que transforma a universidade em espaço de reprodução de conhecimento e tecnologia para empresas, do SINAES

(Sistema Nacional de avaliação do Ensino Superior), que além de estabelecer uma dinâmica concorrencial para os recursos financeiros da Universidade retira a avaliação destas das mãos dos trabalhadores, o projeto de lei 7200/06.

Além de diversas etapas já aprovadas desta reforma universitária existe ainda os processo de ataque mais imediatos como o REUNI/Universidade Nova, que restabelece a arquitetura curricular das universidades de modo a precarizá-la com a ampliação dos números de alunos por professor (1/18, 1 professor para dezoito alunos), e com uma dinâmica de cursos que transfere a dinâmica de concorrência capitalista para a formação universitária com diferentes perfis de estudante (diferentes ciclos de formação). É importante lembrar que o REUNI é um decreto presidencial (de número 6096) que objetivo ampliar ao número de aprovação sem, no entanto, arcar com ampliação do orçamento e a contratação de professores. Leva também a descaracterização da pesquisa, ensino e extensão da universidade.”

Exposto de forma muito sumária o conteúdo da Reforma Universitária de Lula, cabe agora entender a organização estudantil neste processo.

3- Um breve olhar sobre a luta estudantil

Em primeiro lugar, a luta estudantil não pode ser observada descolada do conjunto da classe, por conta disso sempre são possíveis alusões às lutas dos trabalhadores.

Em segundo lugar, se torna necessário ressaltar o papel positivo que o surgimento da Conlutas teve, e a Conlute paralelamente, em 2004 para a organização dos trabalhadores. A burocratização e o modelo organizativo das entidades da CMS são um entrave para a luta da classe, assim como cabia aos trabalhadores e estudantes desgastar o governismo separando politicamente o proletariado da burguesia para que existisse a possibilidade de contra-ofensiva diante das reformas neoliberais. Sendo também uma iniciativa efetuada pelo PSTU a Conlute surge de modo similar ao apresentar que para se combater a Reforma Universitária de Lula era necessário combater a UNE.

Ao que indica estas iniciativas tinham como convergência que era necessária uma reorganização da classe para dar um novo norte para a luta, a perspectiva de uma central de classe que abrigasse estudantes, movimentos populares e sindicatos somava-se a isso. Apontado desta maneira, uma iniciativa correta se mostrou envolta de uma série de contradições manifestas nas políticas orientadas pelo seu campo majoritário, PSTU e correntes do PSOL. Quer dizer, não tardou ao oportunismo do PSTU guinar cada vez mais a direita a Conlutas.

Um olhar focado nas atividades da Conlutas e da Conlute no ano de 2007 pode dar boas pistas do destino possível da Conlutas e das características constitutivas das forças políticas de seu campo majoritário.

Tudo se iniciou com a suposta necessidade de se apelar para uma frente com setores como Intersindical, com o intuito de formar um fórum de mobilizações contra as reformas, buscar ações conjuntas com o MST etc. A frente foi editada no campo estudantil com a Frente de Luta Contra a Reforma Universitária (surgida no fim de 2006). Ambas as iniciativas celebravam acordos pelo alto desenraizados da base.

O episódio patético da Plenária Nacional Contra a Reforma Universitária em Defesa da Educação é algo que deve ser precisar. Além de ser uma vitrine para o PSTU com parte de um de seus dias consumidos na palestra de Valério Arcary, que deveria em tese servir para debates de GD, a plenária simplesmente celebrou por meio da “aclamação” um acordo pré-acordado de correntes em defesa do frentismo entre a Conlute e a FOE-UNE (frente de oposição de esquerda da UNE, impulsionada pelo PSOL). A dita “aclamação” foi um ingrediente importante complementado pela imposição do impossível consenso nos gds. O curioso foi observar que os setores que queriam democratizar o debate demandando a eleição de delegados estudantis nas bases não foi atendida. Ao perguntar aos mesários, do PSTU e PSOL respectivamente, sobre o encaminhamento destas propostas estes responderam que “se as propostas fossem consenso seriam encaminhadas à plenária”. Logicamente, a mesa que “avaliaria os pontos consensuais” era do PSTU-CONLUTE e PSOL -FOE UNE. Ridículo.

A dimensão desta política levou claramente a uma gradual descaracterização da Conlutas o que fez com que ela celebrasse, tragicamente, frentismo até mesmo com a CUT, sendo este acordado na prática e no documento “Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de maio”. Tal fato não passou despercebido, gerando denúncias, como mostra o documento:

“A incoerência com a deliberação do CONAT é evidente e flagrante e ela sofreu ainda com o agravante de contrariar a ruptura objetiva efetivada pela CONLUTAS com a CUT, efetivou uma política rebaixada e reboquista. Tristes menções sobre o destoamento da CUT frente ao “movimento unitário” ou sobre como a CUT começou a “roer a corda” após o acordo do dia 23 escondem na verdade um claro oportunismo que falseia a discussão diante dos acordos cupulistas efetivados pelo campo majoritário da CONLUTAS (...) O conteúdo do texto se cala diante do papel do governo Lula de aspecto neoliberal ao substituir pela expressão mais amena “governo federal” e as “reformas que tiram direitos”.”

A dinâmica se acirrou ainda mais na luta estudantil se for observado o chamado do representante da Conlute na mesa da supracitada plenária direcionado a FOE-UNE com intuito de “discutir uma alternativa unitária estudantil”. Pela caracterização do evento isto pareceu soar como uma dissolução da Conlute, tendo em vista sua dinâmica forçosamente “consensual”.

Tal quadro ganhou maior dimensão no “chamado à construção de uma nova entidade estudantil” ocorrido na EXNEL (executiva nacional de letras), realizado nos dias 15 a 22 de Julho de 2007 em Curitiba. Curiosamente, ele também foi aprovado por “aclamação”, e a desistência da Conlute na prática se fazia evidente tendo em conta que ela deveria, em tese, ser a “nova entidade”. Intuitivamente este fato somado à política frentista com a para-governista Intersindical delineava uma liquidação da Conlutas, que se expressou prematuramente na liquidação da Conlute. Quer dizer, existe um paralelismo manifesto em ambos os processos. De modo mais sintético: **o chamado à “nova entidade estudantil” é a forma mais acabada do frentismo com os setores para-governistas, surgindo como uma espécie de “ensaio” para liquidação da Conlutas, dá assim o prenúncio do destino final da aproximação com a Intersindical.**

A questão aqui parece orbitar numa diferença de grau existente na dissolução quase imediata na frente Conlute FOE - UNE e na gradual dissolução da Conlutas na Frente com a Intersindical. Existe a possibilidade de que isso tenha se dado em função de uma degeneração mais acelerada do movimento estudantil. De todo modo, a resistência a uma possível fusão com a Intersindical foi mais notória.

Diante deste quadro, cabe agora comprovar o impacto negativo desta política sobre a experiência coletiva do estudantado no processo de lutas do segundo semestre de 2007.

O ponto nevrálgico neste período pode ser explicitado na ocupação da USP, durando 51 dias ela serviu como exemplo para cerca de outras 20 ocupações para o país. Desencadeada pela luta contra os decretos do governo Serra que atentavam contra a “autonomia universitária” ela demonstrou uma presença espontânea do estudantado. O ponto curioso aqui foi como a burocracia parlamentar estudantil ficou totalmente a reboque do movimento. A ocupação enunciou assim um potencial de mobilização e radicalização para além de toda a decadente cúpula de reformistas.

Porém, esta mesma casta de pequenos burocratas estudantis, de crachás e de intenções, desde o início tentou refrear a ampliação das pautas reivindicativas. Quer dizer, reter a mobilização ao corporativismo de modo a perder seu conteúdo de classe.

Não somente os conhecidos governistas cumpriram este papel como também a já mencionada Frente de Luta Contra a Reforma Universitária. Esta teria se posicionado contra as mobilizações após seis assembleias consecutivas, apoiando-as somente na plenária nacional de 16 de junho de 2007. Porém, esta guinada logo revelou sua verdadeira intencionalidade quando em nome da suposta “unidade” se uniram aos governistas da CMS se incluindo no calendário da UNE.

O 50º dia (21/06/2007) foi trágico por ser o dobrar de sinos da ocupação, onde estudantes do PSOL-FOE UNE, PSTU/CONLUTE e LER-QI defenderam a proposta de acabar com a ocupação. E o saldo final foi ainda pior porque isso se deu em plena ampliação das ocupações da UNICAMP e da UNESP, tendo esta última sofrido repressão da tropa de choque em Araraquara. Além de não garantir a defesa dos manifestantes da USP, que são perseguidos pela repressão burguesa posteriormente, representaram uma derrota da ocupação. Tal constatação nos leva a algumas conclusões necessárias:

A primeira demonstra a falta de uma linha política que consiga canalizar os traços mais legítimos da luta e a energia dos estudantes para a sua reorganização coletiva. A segunda demonstra a implicação prática da política frentista que estendeu sua política liquidacionista à ocupação levando esta a derrota. Quer dizer, a capitulação ao governo e para-governo em nome da “unidade” fez com que os setores da dita “Frente” abdicassem da luta objetiva revelando toda sua fraseologia oca.

Mais uma vez o PSTU tentou falsificar a realidade transformando derrotas em vitórias ao afirmar que a ocupação teria sido “vitoriosa”. Pateticamente, a frente cumpriu um papel débil na etapa posterior em agosto de 2007 na luta contra o REUNI se limitando a decadentes plebiscitos e tentativas inócuas a reboque dos conselhos universitários. A debilidade da frente se tornou evidente quando neste período passou a colocar em destaque a disputa por crachás nas eleições dos DCE’s de universidades federais, como se deu na UNB. Tal fato foi claramente elucidado pela Oposição C.C.I:

“O REUNI, decreto nº 6096/07, tem encontrado a resistência em diversas universidades federais no país por conta de seu caráter anti-popular. Na universidade de Brasília porém, nem mesmo isso tem se dado, a luta encontra seu entrave diante dos diversos partidos reformistas presentes no movimento estudantil. Dentre eles as frações mais claramente governistas (os já conhecidos UJS/PCdoB e PT) e também os setores para-governistas (como PSTU e PSOL).

Após alardear aos quatro ventos que quem não apoiava a chapa 2 (atual direção do DCE da UNB) estaria “traindo a luta contra o REUNI” (sic) os partidos reformistas demonstram: 1) como não se faz a luta contra as reformas neoliberais; 2) que toda os motes de ordem contra o REUNI advindos de tais forças políticas não passam de mera fraseologia oca. Composta atualmente pela chapa recém vencedora “Nada será como antes” (CONLUTE/PSTU, FOE-UNE/PSOL e independentes) ainda como chapa mobilizou o estudantado e legitimou com os seus Rds (representantes discentes) o espaço democrático-burguês do CONSUNI que deliberou a adesão ao REUNI. Tal medida criou um sério obstáculo para uma ação direta com vistas a ocupar a reitoria considerando que para tal seria necessário se valer do fato político de renegar o CONSUNI, que é claramente anti-popular, assim como os estudantes das demais universidades o fizeram.”

A Oposição C.C.I. alertou também para implicações negativas que esta dinâmica tomou ao abrir margem para os setores governistas:

“Tal atitude não só criou este entrave como abriu margem para ampliar a voz da ala governista do estudantado que tem defendido que “já que a adesão do REUNI já foi efetivada” os estudantes deveriam “disputar o REUNI” sendo que ele conteria “pautas históricas”(sic) ou “elementos positivos” (sic). O conteúdo falacioso destas defesas apenas revela o desdobramento lógico de que o “governo Lula está em disputa”(sic). Lamentável para a luta, lamentável para o estudantado.”

Em fim, sintomas correlatos advindos da debilidade do parlamentarismo estudantil, o que reafirma a crítica da necessidade de sua superação. **A luta contra o REUNI não obteve o desempenho positivo que deveria ter por conta: 1) do amordaçamento da CUT sobre a greve dos servidores públicos federais, que poderiam contribuir pra o acúmulo de força significativo; 2) a incapacidade do ANDES ter conseguido mobilizar um greve de docentes, revelando o sindicalismo limitado presente no campo majoritário da Conlutas; 3) a traição da ocupação da USP somada às implicações do frentismo com a burocracia estudantil.** Assim, as ocupações de universidades federais não chegaram a seu completo desenvolvimento pra barrar globalmente o REUNI.

4- As propostas para a construção do movimento estudantil combativo, classista e Independente.

Após estas considerações a respeito da experiência coletiva do estudantado devemos levar em conta suas conclusões para reorganizar o conjunto do movimento, este é o ponto central desta tese.

O movimento estudantil deve superar a burocracia estudantil e construir um movimento de metodologia combativa, privilegiando a ação direta, de caráter classista, que dizer, se fazendo classe ao lado dos trabalhadores do campo e da cidade. Ele deve ser independente dos acordos cupulistas dos partidos reformistas e se utilizar da democracia direta estudantil.

No intuito de qualificar melhor estas contribuições seguem abaixo uma série de resoluções que se apresentam congruentes com a concepção de luta da Oposição C.C.I.

- 1) **organizar oposições estudantis de luta** tendo em vista que elas devem ser os embriões para a reorganização do movimento, estando articuladas às oposições sindicais e populares;
- 2) a reorganização da luta deve ser pautada pela democracia estudantil direta, entendo esta como o **direcionamento de poder às assembleias estudantis, com mandatos revogáveis e imperativos para cargos de direções e delegações de entidades como Da's, Ca's grêmios, DCE's e uniões regionais. Articular coordenações entre os diversos cursos, campi, entidades, comissões de base etc. Ter independência financeira dos governos e patrões sustentada pela solidariedade de estudantes e trabalhadores. Garantir continuidade independente das correntes que impulsionem as entidades;**
- 3) utilizar os métodos combativos, tendo claro que estes devem ser **ações diretas de massas como greves estudantis, boicote de provas, barricadas, bloqueios de rua, piquetes, sabotagens, ocupações etc.**
- 4) para tornar a unidade com os trabalhadores mais concreta é preciso: **fixar a bandeira “contra a reforma universitária do governo Lula/PT” como pólo de aglutinação, constituir comissões de relação operário-camponesas- estudantis, disputar com as direções pelegas o apoio na luta contra o governo;**
- 5) tal articulação não será efetivada pela suposta “nova entidade” advinda do frentismo com os para-governistas e governistas. É necessária uma central de classe e sua proposta já existe: é a **Conlutas, só resta a ela superar sua liquidação impedindo a fusão com a Intersindical, bem como a vinculação estudantil direta a ela superando a já para-governista Conlute (auto-dissolvida na malfadada frente);**
- 6) **enraizar os estudantes da Conlutas em encontros nacionais de oposições e entidades de base combativas para nacionalizar o movimento contra a UNE.**

É salutar acrescentar a estas propostas organizativas elementos que auxiliem na construção de uma pauta reivindicativa estudantil para mobilização do conjunto dos estudantes:

- 7) **passe-livre estudantil sem restrições** contra a máfia dos transportes, o transporte é imprescindível para uma formação de qualidade,
- 8) **aumento do número de professores com dedicação exclusiva, pela realização imediata de concursos, contra a precarização dos trabalhadores docentes (estes devem receber uma remuneração digna);**
- 9) **pelo fim do vestibular** e a barreira aos oriundos da classe trabalhadora que ela representa, pois ele é uma farsa para engrenar a indústria de conhecimentos inúteis dos pré-vestibulares requintados e as grandes escolas privadas, acentuando assim o elitismo no ensino superior;
- 10) **pela dissolução dos conselhos universitários em favor do voto universal em todas as instâncias deliberativas com participação dos estudantes e trabalhadores;**

- 11) **em defesa de uma verdadeira assistência estudantil como uma moradia estudantil de qualidade, tarifa zero nos restaurantes universitários etc;**
- 12) **pelo fim das funções de direito privado, ditas de “apoio”,** estas só servem à burguesia para ampliar a acumulação e reprodução de capital às custas das universidades;
- 13) **pelo fim da privatização do ensino superior: tarifa zero para as mensalidades das universidades particulares;**
- 14) **contra a perseguição aos inadimplentes das universidades privadas;**

Por fim, somada a estas pautas e as concepções organizativas o estudantado deve ter a ciência de que para ser conseqüente na luta contras as reformas neoliberais deve buscar em cada pauta específica o acúmulo de forças necessário para unificá-las às lutas gerais dos estudantes e trabalhadores. Deste modo, estas devem servir de ensaio para uma greve geral de massas, esta tem papel capital para a consolidação de uma contra-ofensiva dos trabalhadores.

Espera-se que esta tese ajude de algum modo a luta estudantil, pois não devemos esmorecer mesmo diante de erros e capitulações tão graves.

Avante a luta dos estudantes e trabalhadores!

***Em defesa da central de classe, contra a liquidação da Conlutas!!
Avante oposições estudantis de luta!***

Oposição estudantil Combativa, Classista e Independente ao DCE-UNB.

Notas:

[1] Boletim Oposição C.C.I., setembro de 2007

[2] Desvios à direita do campo majoritário da Conlutas: dois passos atrás, um passo a frente, 05/06/2007.

[3] Como deixa claro o próprio PSTU: “(...) *o que é a Frente, se não o embrião de uma nova entidade estudantil?*”

(Precisamos ou não de nova entidade estudantil?, Opinião Socialista edição 327 17a 20/02/2008)

[4] Não é necessário se gastar muitas linhas com a caracterização para, ou semi, governista da Intersindical por ela se situar “dentro e fora da CUT”. Sua ação auxiliou a guinar o movimento sindical popular mais a direita e freou o desligamento da CUT. A FOE-UNE, já mencionada aqui, parece um versão pomenorizada dela cumprindo papel semelhante.

[5] Esta pode ser percebida na resolução Nacional da CONLUTAS, 06/06/07: “*Ao iniciar a preparação do Congresso, a Coordenação Nacional decidiu também lançar um novo chamado à unidade da esquerda que atua no movimento sindical e popular, em particular aos companheiros que se organizam na Intersindical, para a construção de uma alternativa única de organização para a luta dos trabalhadores brasileiros.(...) proposta de que construamos uma nova organização de trabalhadores, fruto da fusão da Conlutas com os demais setores.*”

[6] Como é perceptível no texto “*Unidade dos trabalhadores em luta ou “unidade” com a burocracia sindical governista e os colaboracionistas contra a luta dos trabalhadores?*”, direcionado reunião nacional da CONLUTAS de 5 e 6 de agosto.

[7] “*Percalços da luta contra o REUNI na UNB*”, Boletim da Oposição estudantil C.C.I. Nº3, dezembro de 2007.

[8] Idem

Tese Construir o Movimento Estudantil Classista e Combativo!



Introdução:

Apresentamos esta tese buscando contribuir minimamente para processo de luta estudantil. Faz-se necessário dar a luta estudantil sua dimensão de classe. O sistema capitalista que separa, através da propriedade privada, a realidade em mundos antagônicos, de um lado os possuidores e do outro os deserdados, e sendo este sistema o principal agente da miséria social, é contra esta hegemonia e seus defensores (os burgueses) que preparamos este documento, assim como na busca da organização da classe a qual fazemos parte, a classe trabalhadora, os deserdados. E no conjunto das massas trabalhadoras é que se encontra todo potencial de justiça e mudança. O rebatimento disso aos estudantes proletários é muito claro: cabe a eles a importante tarefa de dar as mãos aos trabalhadores do campo e da cidade para edificar suas vitórias específicas e conjuntas.

“Devemos partir para ação direta, ou seja, nós mesmos tomarmos parte na luta, sem esperar que outros resolvam nossos problemas. Através da ação direta, conseguiremos garantir nossos direitos hoje e um futuro melhor para o nosso povo amanhã.”

1 - Concepção: Educação e Luta de Classes no Brasil

1.1 - Movimento Estudantil, Estrutura de Classes e Luta de Classes.

A organização do movimento estudantil no Brasil deve ser analisada de um ponto de vista de classe. Ou seja, devemos considerar a posição dos estudantes na estrutura de classes. E a partir disso fixar as tarefas de luta e organização.

Os estudantes são uma categoria social de transição. A condição de estudante implica a transição entre uma origem de classe herdada e sua inserção numa futura atividade ou processo de trabalho. A educação não garante mobilidade social ascendente expressiva, de maneira a mudar a condição de classe. Na realidade, na grande maioria dos casos, apenas possibilita pequenos ganhos de rendimento ou mudança de fração de classe (de atividades manuais para intelectuais, por exemplo).

Na grande maioria dos casos, as instituições de ensino apenas realizam uma reprodução direta da condição de classe original. Essa reprodução se realiza nas diferentes redes de ensino. E define também as demandas estruturais dos estudantes.

A diversificação das redes de ensino acompanha, parcialmente, sua função geral na reprodução social das classes. Uma das funções é a formação de mão-de-obra. Ou ainda, a mera função dar lucro às empresas da educação ou reproduzir o serviço público, sem influir significativamente na inserção e posição social dos estudantes. Ou a função é a formação de quadros dirigentes do capitalismo.

Essa última função é restrita, cumprida por um número reduzido de instituições e cursos (como alguns cursos de Direito, Economia, Medicina, Engenharia e outros) . Na grande maioria dos casos as escolas e universidades públicas e privadas formam trabalhadores assalariados, manuais e intelectuais, de maior ou menor qualificação. O futuro desses trabalhadores são os cargos assalariados. Apenas uma pequena parcela torna-se parte dos quadros dirigentes do capitalismo ou membros de uma aristocracia operária muito reduzida.

Dessa maneira, a principal contradição do sistema educacional brasileiro é uma contradição de classes. Isso se manifesta no elitismo e na precarização do sistema de ensino. O caráter de massas, ou seja, a composição de classe do público alvo é determinante para as condições materiais das instituições de ensino. A educação básica, por exemplo, mostra como a massificação foi acompanhada da precarização. No caso, como a rede básica massificada é a pública essa é a rede precarizada.

A lógica se inverte no ensino superior: a rede privada é que está se massificando e no geral ela apresenta condições inferiores de ensino. A rede pública superior ainda é restrita, marcada por um profundo elitismo, já que grande parte das vagas são ocupadas por alunos egressos da rede básica privada, exatamente, criando uma reserva de vagas para filhos de trabalhadores de categorias estruturadas, pequena e grande burguesia. E dentro das universidades, a maior ou menor precarização da condição dos cursos expressa sua função geral na formação de mão de obra ou de quadros dirigentes do capitalismo.

Os dados mostram isso. Em 2007, eram 4.880 milhões de estudantes matriculados no nível superior no Brasil. Apenas 1.240 estavam em universidades públicas, contra cerca de 3.600 alunos nas universidades privadas. Isso contrasta com os cerca de 8,5 milhões de estudantes que cursam o nível médio de ensino e que poderão ser futuros alunos do nível superior.

Dessa maneira **o sistema educacional brasileiro expressa também uma contradição de classe**. Os estudantes que tem acesso aos níveis básicos de ensino (são cerca de 53 milhões de estudantes na educação básica), na sua grande maioria estão na rede pública sob condições precarizadas. O elitismo é um traço dessa estrutura, uma vez que existe uma discriminação de classe que os exclui do acesso as melhores instituições da educação básica e superior. Essas condições de ensino praticamente determinam a inserção precária nas atividades de trabalho. **O sistema de**

ensino torna-se assim parte do processo geral.

Nesse sentido, a tarefa principal do movimento estudantil combativo é colocar essa contradição de classe como seu foco de organização. **A luta contra a precarização e elitização do ensino é a luta contra a o processo geral de precarização e super-exploração do trabalho, do qual a educação é uma instância de reprodução.** É também uma luta pela melhoria geral das condições de vida da classe trabalhadora. O programa e bandeiras reivindicativas devem expressar essa concepção.

1.2- Estudantes nas Universidades: Formação de mão-de-obra barata e subserviente.

Como dito acima, o “os estudantes são uma categoria social de transição.” Como instituição de reprodução da condição de classe a Universidade se transforma para atender os interesses do capital e do Estado. No atual modelo de acumulação do capital, baseado na liberalização financeira, comercial e produtiva necessita não só de uma legislação trabalhista flexível, como também de trabalhadores “pacíficos”. A Mundialização do Capital, que trouxe as novas formas de organização da produção e novas relações de trabalho - como a terceirização - também chegou à universidade.

O modelo de Reforma Universitária, baseado em “sugestões” de relatórios do Banco Mundial, e a nova lei de inovação tecnológica têm como intenção a transformação das universidades em empresas de prestação de serviços tecnológicos. Isso não é um dado isolado. A disputa do comércio internacional pelas grandes multinacionais, como NESTLE, KRAFT, NIKE, ADIDAS, FIAT, GM e COCA -COLA tem dois lados: a busca por mão de obra cada vez mais barata e a necessidade cada vez maior de investimento em tecnologia para desenvolvimento de novos produtos (Chesnais, 2001).

A Universidade Pública tem cumprido esses dois modelos, formando mão-de-obra qualificada para lecionar nas escolas e ocupar cargos nas empresas e estabelecendo parcerias com empresas no desenvolvimento de pesquisa. A UFF(Universidade Federal Fluminense) tem vários exemplos de parcerias firmadas com multinacionais como a PETROBRAS, que fechou com a universidade um acordo para construção de um prédio onde se desenvolverá pesquisa na área de inteligência artificial. A PETROBRAS tem vários acordos com outras multinacionais como a italiana Pirelli, que desenvolve aparelhos técnicos e eletrônicos para perfuração de poços em alto mar. As multinacionais procuram as Universidades e Centros de Pesquisa Públicos justamente para baratear os custos de pesquisas, encontrando em professores e estudantes uma reserva de mão de obra qualificada e barata.

O processo de privatização e disseminação da proposta político-ideológica liberal já ocorre dentro das universidades há algum tempo. Basta lembrar o caso das Fundações de direito privado como a Euclides da Cunha, na UFF, que capta recursos privados (como o acordo que foi fechado com a PETROBRAS) e possibilita cursos pagos de pós-graduação, coisa que a universidade, como instituição pública, não poderia fazer por conta própria.

O esquema das Fundações, que se espalham pelo país, é engenhoso. Ele promove uma espécie de lavagem de dinheiro, pois as fundações tornam possível o recebimento de capital privado oriundo dos MBA's e cursos Latu Sensu pagos, como acontece no curso de História da UFF, repassando algo em torno de 5% para universidade sob forma de doação, enquanto o restante enche o bolso de professores e alunos que preferem fazer dinheiro utilizando a estrutura pública mantida pelo povo trabalhador em vez de lutar pela melhoria e construção da Universidade Popular.

Existe ainda o acordo da Guarda Municipal e da Polícia Militar com o Núcleo Fluminense de Pesquisas (NUFEP), coordenado pelo Professor de Antropologia Roberto Kant de Lima, o mesmo que foi combatido nas manifestações estudantis de 2008, contra a criação do curso de segurança pública e social. O treinamento das forças de repressão de Niterói e do Estado do Rio é feito, em parte, dentro da universidade. E Parece que está “dando certo”. Essa mesma guarda municipal que aprimora seus métodos na universidade espanca camelôs e rouba os produtos apreendidos. A polícia militar, por sua vez, mata crianças no Morro do Estado, espanca trabalhadores em São Gonçalo e estudantes em greve nas universidades, assassina em Queimados e seqüestra crianças em Vigário Geral. A universidade seria mais útil instrumentalizando as vítimas de todas essas formas de opressão do que camuflando a repressão policial com o discurso da capacitação.

As universidades públicas, construídas com trabalho usurpado do povo pelo Estado e pelas empresas, são direcionadas para a exploração dos trabalhadores. Pesquisas encomendadas por empresas têm o único interesse de maximizar lucros. A prática conservadora e reacionária de professores que se aceitam tais encomendas promovem a formação de trabalhadores subservientes à exploração, pois é no ambiente de transição que se inicia o processo de consentimento da dominação e exploração dos trabalhadores.

A necessidade de profissionais cada vez mais adaptados às relações de exploração e dominação é uma condição fundamental para o funcionamento do novo modo de acumulação do Capital. As universidades, através de seus dirigentes e parte dos professores, fazem isso muito bem; incentivam a formação de Empresas Juniores, em diversos cursos, seja na engenharia ou mesmo nas ciências sociais. Sua ideologia é vendida como modelo de aplicação da Ciência aprendida em sala de aula.

Pela lógica empresarial, todo conhecimento produzido na Universidade tem como objetivo maximizar os lucros das empresas. Isso é feito através de acordos com multinacionais, cuja prática aumenta opressão sobre o povo. Todo esse processo, que transforma a universidade numa empresa prestadora de serviços ao capital e formadora de mão de obra qualificada (no caso, barata e subserviente), é a cartilha para educação do Banco Mundial e do “mercado” (bancos, multinacionais, fundos de pensão, empresas de consultoria etc.).

Esse tipo de trabalho, ideologicamente afinado com a mundialização¹ do capital, é necessário para o Governo e para os acionistas das grandes multinacionais. O índice de desemprego crescente e a competição do Brasil com pólos periféricos regionais, como o Leste Europeu, mostra a necessidade imediata de uma geração de trabalhadores dóceis ao sistema

Infelizmente, os estudantes das universidades públicas brasileiras têm a doce ilusão de que seu futuro no mercado de trabalho está garantido. A ilusão de que todos serão grandes pesquisadores das universidades brasileiras ou altos executivos é apenas a propagação ideológica dos setores conservadores da universidade, que insistem em afirmar a neutralidade científica, elitizando cada vez mais os espaços universitários. A ilusão vendida, que é muito antiga e ganha força hoje, é a de que através de uma boa qualificação, o que significa investir em mestrados e doutorados (em muitos casos pagos), torna-se possível alcançar o “estrelato”. A verdade é que apenas uma minoria ascende. A maioria dos estudantes será mão-de-obra qualificada e barata nas empresas públicas e privadas, escolas e universidades. E ainda aceitarão sua condição de explorados com naturalidade, afinal a própria universidade incentiva a lógica empresarial, adaptando currículos às necessidades dos agentes do mercado.

Na medicina, por exemplo, ideal de sucesso social, a maioria dos estudantes, oriunda da classe média e da burguesia, pouco se importa para situação dos Hospitais Públicos, ou para o desenvolvimento de uma Medicina Social Preventiva no Interior e nas periferias e favelas do país, preferindo abandonar a profissão a suprir a falta de médicos nesses locais. Na economia, vemos a eterna reprodução das teorias ortodoxas liberais.

O quadro real da relação formação-trabalho é bem claro e tem apenas duas preocupações: 1) a formação de profissionais tecnicamente qualificados e 2) a formação política dos novos trabalhadores dentro dos moldes do pensamento liberal. Esse quadro propaga como vertente principal a ineficácia da ação coletiva, deslegitimando os Sindicatos e as demais organizações dos trabalhadores. Ao aceitar tal ideologia, o estudante torna-se um trabalhador passivo e subserviente.

Como contraposição a essa lógica mercadológica, deve-se criar instrumentos para a libertação do povo e não para o fortalecimento de seus grilhões, ou seja pesquisas e projetos de intervenção voltados ao povo pobre e com a participação deste. Devemos lutar para a transformação da atual universidade, que começa pela sua massificação.

1.3 - O avanço do Neoliberalismo no ensino médio e fundamental.

Os estudantes secundaristas estão mais do que nunca em um momento defensivo sofrendo vários ataques sejam dos Governos Estaduais ou do Governo Lula, assim como dos empresários nacionais e internacionais que lucram com a educação brasileira.

O neoliberalismo mostra suas caras nas escolas claramente através do modo como elas estão condicionadas a funcionarem semelhantes a gestão empresarial, ou seja, devem buscar o máximo de “eficácia”, “produtividade” e “desempenho”. Para estimular a competição são criados rankings e gratificações para as escolas que melhor se classificarem em exames como o IDEB.

Para além da disputa desleal e anti-ética que existe entre as comunidades escolares, a criação do IDEB revela por trás deste programa governamental com seus índices e metas o seu real interesse e finalidade: formação de mão-de-obra para o aumento da produtividade capitalista, assim como a formulação de um “diagnóstico” das escolas para a melhor alocação de capital e investimentos favoráveis às grandes empresas que lucram com a educação.

O IDEB além de seu papel de aquecimento da competição e rivalidade entre escolas e professores, os dados e estatísticas obtidas são obviamente utilizados como capital político para campanhas parlamentares. Um exemplo claro é o caso de José R. Arruda, Governador do Distrito Federal, onde através de programas como o “Prémérito” estabelece gratificações como 14º salário para os funcionários das escolas que atingirem metas do IDEB como os “recordes de aprovação”, etc.

Alinhado nessa mesma lógica neoliberal está o “Movimento Todos Pela Educação”. Esse Movimento é uma rede que foi formada em 2006 por grandes empresas (como a fundação Roberto Marinho - Rede Globo, as multinacionais Gerdau e Instituto Sangari, FIESP, etc.), Governo Lula, Governos Estaduais que aderiram, Secretarias de Educação e organizações sociais. E quem entra como organizações sociais aliadas aos empresários? UJS/ PCdoB!

Para além da falácia da “sociedade civil preocupada com a formação educacional do povo brasileiro” o real objetivo do “Movimento Todos Pela Educação” é aprofundar o processo de privatização da educação, através do repasse de verba pública para a iniciativa privada (de forma direta ou indireta através da isenção de impostos) e o enquadramento da educação em metas mercadológicas e estatísticas como o IDEB.

Diversos outros projetos frutos da atuação do “Movimento Todos Pela Educação” podem ser citados como é o caso do Programa de Aceleração de Aprendizagem (o Tele-curso). Este Programa troca os professores pelas televisões precarizando o ensino e repassando milhões de reais para a Fundação privada da Rede Globo. Outro projeto é o “ciência em foco” de Brasília, neste caso a Secretaria de Educação pagou 300 milhões sem licitação para o multinacional Instituto Sangari.

1.4 - Ofensiva do Capital e a Superexploração da Juventude.

As políticas neoliberais e o processo de reestruturação produtiva representam a atual ofensiva burguesa contra o proletariado. Ampliando as formas de exploração sobre a classe trabalhadora, impondo a superexploração sobre parcelas maiores dos trabalhadores.

Entre os segmentos super explorados da classe trabalhadora está a juventude. Os jovens brasileiros somam 50,2 milhões de pessoas, o que representa 26,4% da população. Segundo estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), de 2007, 84,2% da juventude vive em famílias de renda domiciliar de até dois salários mínimos.

Mesmo diante da necessidade de ajudar suas famílias, os jovens brasileiros não conseguem entrar no mercado de trabalho. Cerca de 46,6% desempregados no Brasil estão na faixa de idade entre 15 e 24 anos. A situação extrema a que estão submetidos os jovens brasileiros resulta da ofensiva do capital, mantendo esse e outros segmentos do proletariado em condições de super exploração.

Fica nítido que as lutas da juventude não podem estar isoladas das lutas do conjunto do proletariado, pois a exploração e a miséria dos jovens só podem ser combatidas a partir da resistência contra a ofensiva burguesa.

Diante desse quadro bandeiras exclusivamente corporativas defendidas por partidos e correntes políticas

reformistas, como PT, PCdoB, UJS, PSOL FOE-UNE, PSTU, etc, se tornam grandes responsáveis pelo isolamento das lutas da juventude e, conseqüentemente, levam à desmobilização da mesma.

Por não confiar na capacidade de ação e mobilização deste segmento, o corporativismo reformista toma o lugar da luta reivindicativa de caráter classista, concomitantemente o potencial revolucionário a ser trabalhado fica no esquecimento. Portanto o reformismo seja governista ou para-governista serve de barreira ao desenvolvimento das lutas no combate ao capital, reproduzindo assim a atual condição de miséria e exploração que a burguesia cria e se serve.

Nutrir esperanças nos aparatos parlamentares tornam a juventude reféns de ações legalistas, pacifistas e de disputa dos espaços meramente burocráticos, levando-a a acreditar na ilusão da disputa institucional, da democracia burguesa, do estado democrático de direito. Estar com a juventude no combate ao capital é buscar a ruptura com essa hegemonia . Através da ação direta, pressionando e conquistando passo a passo o que ao povo diz respeito, levando adiante um combate classista sem cair no círculo vicioso da troca de poderes entre os “representantes da massa “ pois cair nessa armadilha é o mesmo que cegar o povo lutador dos subúrbios, periferias e favelas, negros , mulheres e jovens pobres sob a neblina ideológica da burguesia.

2. Programa e Organização.

2.1 – Um programa classista: nem ENEM, nem Vestibular: Livre-Acesso Já!

Um programa classista deve então colocar como principal o combate ao elitismo e a precarização do ensino. Deve combater tanto as formas de discriminação de acesso e permanência, como das condições e função das instituições de ensino. O objetivo principal deve ser o combate global as duas faces do sistema de ensino: a precarização e o elitismo.

Devemos combater também a subordinação da educação as funções gerais (mera reprodução de força de trabalho, lucro das empresas ou formação de quadros dirigentes). As nossas bandeiras de luta devem combater ao mesmo tempo duas falácias. A da “impossibilidade da expansão do ensino superior e a falácia da prioridade de investimento na educação básica.

Na realidade os problemas estruturais residem no combate simultâneo e combinado a precarização e ao elitismo, e a subordinação às funções de reprodução gerais das sociedade capitalista.

Nesse sentido, devemos lutar: 1) por mais recursos e melhores condições de ensino (verbas para infraestrutura de escolas e universidades, verbas para assistência estudantil e etc); 2) universalização da educação pública (básica e superior nas suas diversas modalidades). A possibilidade da universalização do ensino superior se dá de duas maneiras: nacionalização sob controle dos trabalhadores das universidades privadas e recursos para duplicação do conjunto das vagas. Por isso devemos combater tanto o filtro elitista do vestibular, quanto a precarização e fortalecimento das universidades privadas (por meio de ações como o reuni). Por isso ***nem ENEM, nem Vestibular: Livre-Acesso Já!***

Esse programa expressa a concepção de o sistema de ensino deve atender aos interesses dos trabalhadores enquanto classe. A educação não deve ser um elemento de reprodução da exploração, mas um elemento a mais na luta contra a exploração. Esse programa então tem uma série de bandeiras específicas de luta que devem se adequar a essa concepção.

2.2 – Reorganização pela Base: democracia, ação direta e unidade com a luta dos trabalhadores.

A tarefa de lutar por esse programa para educação brasileira não é exclusiva do movimento estudantil. Mas é certo que o movimento estudantil deve estar na vanguarda dessa luta. Ao mesmo tempo, tem de articular essa luta com as organizações de trabalhadores e as formas gerais de luta contra a exploração.

Mas a primeira tarefa é dar ao movimento estudantil um caráter de massas. E nesse sentido, é preciso romper

com o burocratismo e o imobilismo. Para isso é preciso romper não somente com as entidades tuteladas e governistas (UNE, UBEs e etc) mas com seu próprio modelo de organização. Três tarefas são estratégicas: organizar pela base, fortalecer a ação direta dos estudantes e a unidade com as lutas e organizações dos trabalhadores.

A reorganização do movimento estudantil, a partir de uma concepção classista, deve se dar a partir das bases. Ou seja, devemos mobilizar os estudantes, criar formas de organização capazes de mobilizar os estudantes para a ação direta. Essa tarefa se expressa hoje na organização dos estudantes da educação básica e superior, das redes pública e privada.

A principal tarefa então é modificar as estruturas organizativas do movimento estudantil. Para que as formas de organização possibilitem aos estudantes uma ação política mais consistente e independente. No movimento dos estudantes universitários isso implica: no fortalecimento da organização representativa local (CA, DA) e de sua ligação com as bases; na organização de uma estrutura nacional, através dos movimentos de área.

Os movimentos de área devem ser organizados de forma distinta da que está em vigor atualmente. A realização de “encontros nacionais” não garante a organicidade que um movimento estudantil classista exige. Na realidade, o movimento de área deve ter uma estrutura organizativa, que garanta o poder das bases e cumpra o papel mobilizador.

Nas universidades devemos: **1) Diretórios/Centros Acadêmicos:** direção colegiada (com revogabilidade de mandatos) + GT's abertos, assembléia geral do curso com órgão deliberativo regular; **2) Congresso Nacional:** delegados eleitos por assembléia geral dos cursos órgão deliberativo nacional máximo; **3) Plenária Nacional de Delegados de Base** – órgão deliberativo regular intermediário composto por membros eleitos nas assembléias geral dos cursos; **4) Executiva Nacional:** órgão de direção e encaminhamento político, subordinado a PLENA e Congresso. **5) organização dos Diretórios Centrais:** diretorias colegiadas, com conselho de delegados de base acima da diretoria e um Congresso Geral de Estudantes. Isso fortaleceria a participação das bases, a organização nacional por área e organização geral dentro das universidades.

Nas escolas: devemos fortalecer os Grêmios e sua ligação com os estudantes: **1)** garantir as assembléias como órgão deliberativo regular; **2)** Fazer das diretorias órgãos colegiados e criar GT's abertos (com membros eleitos em assembléia) para agregar militância; **3)** criar Coordenações de Luta Estudantis Regionais (de âmbito municipal ou metropolitano), plenária de delegados eleitos nas assembléias nas escolas e uma comissão executiva colegiada.

Essa é a tarefa de reorganização. Com a organização pela base, poderemos articular as lutas estudantis de uma perspectiva classista e combativa. E através dessa luta, melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e tomar parte geral na luta contra as formas de exploração capitalista.

Assinam esta tese:

- **ADE - Ação Direta Estudantil / RJ**

- **Oposição Combativa Classista e Independente (CCI) ao DCE-UnB**

Notas:

[1] Mundialização do Capital. Liberalização do Comércio, de investimento e deslocalização da produção promovida pelas Multinacionais (complexos organizados em rede com um centro financeiro) que procura mdo barata e incentivos governamentais. Conceito definido no livro “A Mundialização do Capital”, de François Chesnais.

Em defesa de uma Central de Classe

Introdução

O objetivo desta tese é apresentar tanto uma reflexão crítica sobre a política da nossa central (no período 2006-2010), quanto propostas concretas de construção de um sindicalismo classista e combativo.

Para isso faremos duas análises distintas: uma da atual etapa e crise do capitalismo mundial; outra da evolução do movimento de luta dos trabalhadores no Brasil e suas contradições.

Essas análises encontram-se profundamente relacionadas. Na realidade, as transformações do capitalismo, e agora sua crise, colocam diferentes tarefas aos trabalhadores: tarefas de resistência imediata, e tarefas históricas da luta pelo socialismo. Porém, tais tarefas não têm sido assumidas concretamente.

Isso se dá porque, a nossa central, que deveria ter assumido tais tarefas, não o fez. Pelo menos não da maneira que deveria. A tática política prevaleceu sobre a estratégia. Os acordos acelerados de cúpula prevaleceram sobre um processo de construção de base.

Chegamos às vésperas do nosso terceiro congresso, com uma discussão ínfima nas bases. O próprio congresso da CONLUTAS foi pensado como apenas um apêndice do congresso da “Nova Central”. Os critérios de participação da base tornaram o congresso mais restritivo e, conseqüentemente, com um número de delegados menor.

Isso é resultado de uma política taticista e frentista que vem se impondo no interior da nossa central. A “fusão”, ao contrário do que vem sendo alardeado, não significa nada se não fundir forças reais na luta de classes. E o que a experiência dos dois últimos anos mostrou é que, na luta de classes, a unidade com tal setor (a Intersindical) tem se mostrado precária. Assim, está se atropelando um processo que deveria surgir da unidade concreta da luta e está se criando uma organização antes da luta.

Isso apresenta uma série de riscos. Significa que liquidaremos uma central, que sequer consolidou seu projeto e que nasceu das lutas efetivas do período 2003-2004, em favor de uma entidade que nasce de acordos de cúpula, pouca discussão na base e uma unidade muito precária na luta de classes. E ainda, que exige o sacrifício de um dos elementos diferenciais da nossa central: o seu caráter. E quem exige isso é exatamente uma organização que sequer é da mesma natureza. É mais uma composição de correntes de um partido político (PSOL) do que uma organização sindical e popular.

Nesse sentido, apresentamos esta tese para defender uma política classista e combativa. Somos contrários à “fusão” da nossa central tal como está se dando. Não acreditamos em organizações que surjam de acordos de cima. Somos contrários à mudança e/ou a descaracterização da nossa central. Somos favoráveis a uma central de classe (que agrupe o proletariado urbano, o campesinato, os trabalhadores precarizados e os estudantes). Somos contrários ao taticismo e ao frentismo. Somos defensores de que a nossa central tenha uma estratégia política de confrontação. Uma estratégia de construção pela base.

Os argumentos abaixo defendem e justificam teoricamente nossas posições. E elas estão assentadas na análise das condições objetivas e subjetivas do mundo contemporâneo.

1 – Estrutura e dinâmica do capitalismo contemporâneo: a conjuntura internacional.

É preciso fazer uma discussão teórica preliminar sobre a atual configuração do capitalismo. E essa configuração é fruto da transformação de um modelo capitalista anterior, provocada pela sua crise interna e pela resistência da classe trabalhadora.

Podemos dizer que o capitalismo contemporâneo é fruto da evolução e transformação do capitalismo monopolista de Estado. Esse modelo de capitalismo se estruturou a partir da década de 1920, no centro, e depois na periferia, como a América Latina. O capitalismo monopolista de Estado era uma inovação histórica, ele apresentava de

forma sistemática ao Estado a tarefa de coordenar e intervir diretamente na economia capitalista. O Estado seria o grande engenheiro social responsável por viabilizar e tutelar a acumulação de capital.

Nesse campo, a burguesia internacional percebeu que era preciso, para desenvolver o capitalismo, mudar sua estratégia, era preciso fazer concessões à classe trabalhadora e integrar materialmente os trabalhadores aos interesses da burguesia. Para isso, foram tomadas medidas de reformas sociais do Estado e das relações de trabalho. O Estado criou as negociações coletivas para regular a oferta de trabalho e a massa salarial, de modo a diminuir as crises de superprodução. Criou também os sistemas previdenciários e formas de salários indiretos (benefícios educacionais, de saúde, incorporados sob a forma dinheiro ou não).

Depois da segunda guerra mundial, o capitalismo se expandiu aceleradamente. Os trabalhadores europeus foram integrados ao mercado consumidor e ao Estado, através dos grandes partidos e sindicatos de massa. O capitalismo, com sua reestruturação, procurou afastar ao mesmo tempo as ameaças da crise e da revolução socialista nos países capitalistas centrais.

A questão é que o financiamento desse modelo, baseado em grandes gastos públicos e produção crescente, era um problema. Nesse sentido, o capitalismo encontrou uma primeira solução: transferir os custos para e acentuar a exploração na periferia. Assim, as grandes empresas e o capital estrangeiro buscaram países como Brasil e demais países da América Latina para a implantação de suas plantas industriais.

Deste modo, começa a se desenvolver também na periferia a industrialização. E com ela o próprio capitalismo monopolista de Estado. Mas, ao contrário do que acontecera no centro, na periferia não deveria existir espaço para concessões aos trabalhadores. O lucro era máximo, o salário deveria ser colocado na média mínima possível e os direitos reduzidos.

As burguesias que tentaram implementar políticas nacionalistas na América Latina sempre tiveram de oscilar entre o discurso de defesa e proteção dos trabalhadores e sua lealdade ao capital/imperialismo. Isso aconteceu, por exemplo, com Getúlio Vargas no Brasil e o Juan Peron na Argentina. A ilusão de um capitalismo nacional aos moldes europeus se desfez sob as ditaduras.

O capitalismo de Estado na América Latina foi desenvolvimentista e o desenvolvimentismo foi ou incapaz de levar adiante as reformas sociais ou contra-revolucionário e militarista. As experiências no Brasil com João Goulart e no Chile com Salvador Allende comprovam isso. As ditaduras com programas desenvolvimentistas, de expansão industrial, associadas à repressão e desigualdade social também.

Mas na década de 1970 o capitalismo entrou em crise, apesar de tentar transferir os custos do seu modelo de desenvolvimento para a periferia. As revoluções anti- coloniais quebraram alguns elos da reprodução imperialista na Ásia, fazendo com que a transferência da desigualdade não fosse mais realizada da maneira que era necessário. A crise do petróleo em 1973 precipitou uma nova reestruturação global do capitalismo.

Os custos com os gastos sociais passaram a ser inaceitáveis para a burguesia. Nesse sentido foram desenvolvidas duas grandes estratégias, uma macro e outra microeconômica.

A macro foi o neoliberalismo. Era preciso reformar o Estado, transferindo os setores estratégicos de produção para a iniciativa privada. Eliminando ou diminuindo o peso dos seus setores “sociais” (especialmente, a previdência).

A microeconômica foi o toyotismo. Surgido no Japão, era uma nova forma de administrar a empresa. Ele é baseado em três eixos: a) precarizar o trabalho, aumentando a intensidade e o número de funções de um trabalhador; b) criar formas de “colaboração” e participação dos trabalhadores na empresa, transformando os sindicatos por exemplo em “escolas” de diretores de empresa; c) repressão, através de demissões e perseguição cotidiana.

Essa nova reestruturação teve um profundo impacto no mundo. Aumentou o número de pobres, destruiu vários sindicatos e mesmo categorias profissionais. No mundo e no Brasil, esse modelo se espalhou especialmente a partir dos anos 1980 e 1990. Ele provocou mudanças na estrutura de classes e políticas:

- 1) Aumentou o peso dos trabalhadores precarizados e marginalizados (que nos países periféricos como o Brasil,

já era grande anteriormente); atualmente, o número de desempregados e trabalhadores na informalidade supera os na formalidade;

- 2) Difundiu uma onda de reformas neoliberais em governos pelo mundo, que cortaram os já reduzidos direitos trabalhistas e previdenciários existentes;
- 3) Aumentou a exploração e comprimiu os salários em setores que antes eram protegidos (como determinadas categorias do serviço público);
- 4) Aumentou a força dos bancos e do capital financeiro que passaram a comandar as políticas econômicas em escala global.
- 5) Acentuou a concentração de capitais, formando-se ultra-monopólios em escala global, as grandes corporações.

Fazendo um balanço histórico, podemos ver que o capitalismo monopolista de Estado deu lugar um capitalismo ultra-mopolista e neoliberal. Essa era a situação até 2008, com a eclosão da crise mundial. E a crise só vai mostrar como o Estado, mais uma vez, é acionado para salvar o capital e como ele faz isso atacando os trabalhadores.

E a crise do capital vai sobrepor-se a uma crise da organização dos próprios trabalhadores. Crise esta que é fruto da história do capitalismo e da relação dos trabalhadores com tal processo. Nos dois modelos de desenvolvimento e acumulação capitalista, houve movimentos de cooptação dos sindicatos e trabalhadores. O estatismo se desenvolveu como força de repressão e cooptação dos sindicatos, e assim ainda permanece. E o toytismo veio para completar a tarefa por outras vias, dando uma feição “participativa” e “democrática” no local de trabalho a essa dominação.

Assim, o capital não somente se reestruturou, mas dirigiu a reestruturação da organização dos trabalhadores. E isso continua acontecendo. Ao analisar então a conjuntura atual poderemos ver como isso se dá.

2. Conjuntura Nacional: cenários estratégicos da luta de classes no Brasil e perspectivas para os próximos anos

O ano de 2010 apresenta uma nova conjuntura. As condições econômicas e políticas com as quais Lula encerra seu mandato presidencial são completamente diferentes de quando o PT assumiu presidência pela primeira vez.

Naquela ocasião, a economia brasileira ainda estava presa a um ciclo de estagnação. A economia mundial não tinha adentrado o ciclo expansivo centrado na bolha imobiliária gerada nos EUA. As reformas neoliberais estratégicas não haviam sido plenamente concluídas.

A conjuntura do primeiro mandato e os compromissos assumidos pelo PT com o Capital implicaram numa série de medidas, tomadas pelo Governo, claramente continuístas em relação ao período FHC. A reforma da previdência de 2003 foi o grande marco dessa conjuntura. Isso explicitou o caráter de classe do PT e de sua política. Mostrou também a subordinação das direções das centrais sindicais e grandes sindicatos à burguesia e ao governo.

Mas a conjuntura atual é completamente diferente. O ciclo econômico internacional favorável do período 2004-2008, e mesmo a crise econômica de 2008, modificaram substancialmente a situação. E o Governo Lula se beneficiou de duas maneiras.

Primeiro do ciclo econômico favorável iniciado em 2004, conseguindo aumentar o crescimento econômico do país (o que era usado para acobertar os ataques aos trabalhadores). Depois, da crise econômica que, ao contrário do que as análises catastrofistas afirmavam, não teve um impacto direto na economia brasileira. E mais, criou uma conjuntura favorável à revitalização da ala “desenvolvimentista” do bloco governista.

O quadro atual indica uma combinação de recessão e desemprego em escala global. As reações diversificadas na Europa, França e Grécia como exemplo, indicam que há um processo crescente de mobilização e radicalização. A recessão se combina com aumento do desemprego que cresce nas diversas regiões do mundo. Segundo a previsão da OIT serão 50 milhões a mais de desempregados no mundo chegando a um total de 230 milhões. No caso do Brasil, o IBGE indicou um crescimento de 8,2% para 8,5% nas regiões metropolitanas.

O problema é interpretar o que se passa por trás dos supostos efeitos destrutivos da crise, e também o tipo de

decisão empresarial que leva ao aumento do desemprego. A Volkswagen cortou os empregos temporários, que eram de 16.500 no mundo no final de 2008. A montadora americana General Motors (GM) demitiu dez mil empregados em 2009 em todo o mundo, reduzindo sua força de trabalho em cerca de 14%.

No Brasil, o caso das demissões da EMBRAER é ainda mais emblemático. Apesar de distribuir 50 milhões para seus diretores em salários e participação nos lucros, manteve as demissões de 4.300 trabalhadores. Fica nítido que, pelo menos na sua fase atual, o desemprego gerado pela crise não é fruto dos impasses da “superprodução” sobre a economia capitalista, mas sim resultante da estratégia de adaptação toyotista, através da demissão dos trabalhadores temporários e precarizados.

No Brasil, a concentração de capital irá se dar principalmente nas áreas mais afetadas pela crise econômica: financeira, construção civil, agronegócio e comércio varejista. Isso significa um fortalecimento de grandes empresas e do capital monopolista nesses setores. A fusão do Itaú com o Unibanco é um exemplo disso, bem como a fusão dos grupos varejistas Casas Bahia e Pão de Açúcar.

No mundo, as fusões e semi-estatizações de grandes bancos e fusões e aquisições das grandes montadoras, apenas confirma o processo de concentração de capital, que caminha cada vez mais rápido no sentido da formação de ultra-monopólios. Esse é o principal aspecto da crise: nos setores automotivo e bancário, avança um processo ultra-monopolista de concentração de capital. Ao mesmo tempo, consolida-se o mecanismo da precarização (por meio dos contratos temporários e sem direitos trabalhistas) como mecanismo estratégico do capital.

Por isso, uma análise materialista e dialética precisa observar as relações de classes e os movimentos das forças econômicas que servem de base para as políticas do Governo Lula. E ao mesmo tempo, ver como o Governo Lula e o Bloco Reformista PT/PCdoB tenta incidir sobre tais condições, no sentido de favorecer a acumulação de capital.

O novo cenário econômico internacional é favorável a um intervencionismo estatal relativo, às políticas fiscais expansivas (aumento dos gastos públicos) e ao maior controle do Estado sobre o capital financeiro. Esse cenário foi perfeito para o PT e o PCdoB fortalecerem a tese da “disputa” de linhas dentro do Governo, entre setores neoliberais e setores desenvolvimentistas. A crise seria a ocasião para que esse setor supostamente “progressista” avançasse e ganhasse terreno.

O PT e o PCdoB estão conseguindo neutralizar a oposição de direita no congresso e manter o apoio do empresariado. Ao mesmo tempo revitalizam a força da CUT e CTB (antiga CSC) no movimento de massas depois da breve crise de 2003-2005. A crise foi providencial para o PT, o Governo Lula e os setores governistas do movimento. Hoje eles se apresentam com sua legitimidade renovada: são os setores que tem um programa de reformas e de fortalecimento do Estado para combater à crise, protegendo supostamente os interesses dos “trabalhadores e o desenvolvimento do país”.

Assim, os cenários da luta de classes nesse ano de eleições presidenciais são extremamente favoráveis às correntes estatistas e reformistas do movimento, especialmente o PT e o PCdoB. Mas esse é um cenário apenas. Certas mudanças nas condições econômicas internacionais podem fazer cair por terra esse edifício aparentemente sólido. Em primeiro lugar, a evolução da crise econômica mundial é um elemento fundamental. Caso a recessão econômica nos países centrais não seja superada (e vários elementos indicam que não será), e caso alguma outra região (no caso, a Ásia) não consiga formar alguma outra bolha especulativa para fazer girar o processo de acumulação em escala mundial, dificilmente os instrumentos “expansivos” e o poder de um futuro Governo Dilma Rouseff para combater os efeitos da crise irão se manter.

Ou seja, um prolongamento da crise no centro deve implicar que ela alcance os principais países da América Latina, arrastando-os para a crise e aprofundando-a em escala global. Isso pode provocar então novas mudanças no cenário político nacional. E isso pode provocar também uma crise do próprio governo e das forças políticas e sindicais dirigente no país.

Num cenário como esse, o bloco governista PT/PCdoB e CUT/CTB irão, assim, ver-se diante de um problema: sustentar o governo Dilma Rouseff, só que aí, não mais com o discurso e políticas floreadas de “desenvolvimentistas e progressistas”, mas sim coordenando um novo ataque contra os trabalhadores e uma nova

reestruturação do capital no Brasil.

As perspectivas de médio prazo indicariam (caso a crise econômica se confirme e os demais fatores políticos e econômicos se mantenham inalterados) que um futuro e provável Governo Dilma terá condições menos favoráveis que as atuais. E terá de assumir o confronto contra os interesses dos trabalhadores, reduzindo o déficit fiscal que tenderá a crescer e protegendo os interesses dos latifundiários e do próprio capital associado. Mas a questão é que isso pode acontecer em um ano ou em quatro, cinco, dependendo da evolução dos fatores econômicos e políticos.

Temos então dois cenários distintos dentro do atual contexto de crise, o de curto prazo e o de médio prazo. No curto prazo o setor reformista e governista (PT e PCdoB) sairá fortalecido na conjuntura de crise. No médio prazo, é possível que mais uma vez o bloco governista tenha que coordenar um ataque à classe trabalhadora (como foi na ocasião das reformas de 2003). E essa seria uma ocasião para a criação de uma alternativa nacional de sindicalismo, um sindicalismo de tipo revolucionário de massas.

3. O projeto de construção de uma central de classe: as contradições em meio à reestruturação do capitalismo (Concepção, estrutura, estratégia e programa).

3.1 A degeneração da CUT e das centrais oficialistas/condições objetivas e subjetivas:

As reformas neoliberais implementadas no início do Governo Lula desencadearam um processo de crise de legitimidade da CUT e do PT. A eliminação dos direitos o ataque contra os sindicatos e trabalhadores, especialmente do serviço público ajudaram a desmascarar o caráter de classe do Governo Lula para parcelas significativas de trabalhadores. Foi criado um sentimento de indignação frente à “traição” que se manifestava.

Elementos concretos mostravam que o Governo estava implementando reformas neoliberais que contrariavam parte do seu discurso anterior. Ficou claro que a CUT estava cumprindo o papel de correia de transmissão do Governo Lula e do Estado. Que não representava mais os trabalhadores e nem encaminharia suas lutas. Estavam dadas as condições objetivas e subjetivas para o início de um processo de ruptura com o peleguismo da CUT e demais centrais.

As organizações de luta do proletariado brasileiro, criadas nos anos 1980, degeneraram. A CUT (Central Única dos Trabalhadores), criada para servir como arma de luta pelos direitos dos trabalhadores, transformou-se na prática, num instrumento da burguesia. Para formular hoje uma alternativa de luta popular-sindical é preciso refletir criticamente sobre as causas desta degeneração.

Para entender então como a CUT degenerou devemos então correlacionar alguns fatores: 1) Um fator fundamental na degeneração da CUT foi sua acomodação às velhas estruturas sindicais do corporativismo; 2) as contradições internas da CUT, que transformam a central num órgão burocratizado onde as decisões eram tomadas de cima para baixo; 3) o desenvolvimento de uma força política hegemônica (a Articulação do PT), de caráter reformista, através da relação “Partido-Sindicato”, em que as tarefas estratégicas (conquistar o Estado) eram atribuídas ao PT; 4) outro foi sua adaptação aos padrões toyotistas, o sindicalismo de resultados fragmentado por empresa e conciliador.

Assim, a degeneração da CUT é parte de um processo histórico mais geral. A acomodação e domesticação dos trabalhadores pelo capitalismo. E isso se deu pelo desenvolvimento de um modelo de sindicalismo social-reformista. Ele é legalista, corporativista e acredita que somente através da conquista do Estado os trabalhadores podem melhorar sua condição econômica e social. Ele é contra-revolucionário.

Em pouco tempo, o “eleitoralismo” se impôs, e a crítica da estrutura sindical e seu modelo de movimento foi sacrificada em favor dos interesses do Partido (PT). Isto porque para que o PT ganhasse a confiança da burguesia foi preciso frear as lutas proletárias (especialmente as greves). E esta estrutura sindical favorece exatamente a paralisação das lutas do proletariado.

Isso significa que não basta fazer a crítica da cooptação pelo neoliberalismo. É preciso combater as bases do modelo de sindicalismo social -reformista que levou a CUT à degeneração. E isso exige uma mudança de concepção de organização, de estratégia e de tática política.

3.2 A formação da CONLUTAS: os ziguezagues políticos e erros táticos.

Em 2006 a CONLUTAS foi fundada. Naquela conjuntura, havia clareza da degeneração da CUT. Mas nem todos os setores optaram pela ruptura. Eles ainda tinham (e tem) vínculos ideológicos e organizativos com o próprio governismo. Isso se expressou na duplicidade de posições ante a CUT. Um setor não defendia a ruptura com a CUT num primeiro momento e sempre foi ambíguo nessa tarefa e constituiu a Intersindical.

A princípio a CONLUTAS expressava disposição de cisão de amplos setores do movimento sindical com o governismo. A CONLUTAS materializava a oposição entre governismo (CUT, Centrais oficialistas) X anti-governismo no movimento. Essa contradição poderia dar espaço para o re-surgimento de um sindicalismo classista e revolucionário.

O projeto uma central que unificasse as lutas dos trabalhadores (formais e informais, empregados e desempregados, os movimentos populares do campo e da cidade e o movimento estudantil) significava não só uma ruptura necessária com o governismo. Poderia representar ainda ruptura com o modelo de sindicalismo social-reformista e corporativista.

Infelizmente, a política do atual campo dirigente da CONLUTAS é equivocada. Sua tática e estratégia impedem que a CONLUTAS assuma as suas tarefas imediatas e históricas. Isso foi o resultado de uma concepção estratégica equivocada.

A estratégia desse setor dirigente da CONLUTAS é a construção de uma Frente de Esquerda para “conquistar o Estado” e mudar a política econômica. Essa estratégia possibilitou uma série de táticas que na prática desviam a CONLUTAS das suas tarefas históricas. As principais táticas foram: 1) a política de unidade de ação com os governistas para lutar contra a crise; 2) a proposta de unificação com a chamada “Intersindical”; 3) a acomodação aos métodos de luta e formas de organização do sindicalismo social-reformista e corporativista.

Ou seja, o setor de oposição aglutinado na CONLUTAS tem suas contradições. E elas começaram a se manifestar no período 2006-2008 com as equivocadas alianças nas eleições sindicais de categorias importantes. As políticas promovidas em várias categorias e sindicatos nos anos de 2006-2007 (como foi o caso dos trabalhadores dos Correios/RJ, Sintergia e metalúrgicos de Volta Redonda/RJ) realizavam o contrário daquilo que o CONAT havia colocado como objetivo: romper com a CUT. O setor majoritário encaminhava alianças com setores governistas (Articulação Sindical/PT e Corrente Sindical Classista/PCdoB).

A política de unidade com os governistas tornou-se a política hegemônica logo em 2007, quando a CONLUTAS se uniu com a CUT, a CMS, a Intersindical, entre outros, na formação da “Frente de Luta Contrás as Reformas Neoliberais”. Nessa frente os governistas assumiram a dianteira das lutas no segundo Governo Lula, iniciando a recuperação da legitimidade e do espaço perdidos entre 2003 e 2006. Os governistas conseguiram reeditar a tese de que o Governo Lula está em disputa.

Para a CONLUTAS o efeito da política de unidade com os governistas foi outro: provocou uma estagnação da Central, uma perda do trabalho de base e consequentemente do protagonismo das lutas.

O setor dirigente tentou justificar essa política equivocada afirmando que poderia estaria explorando as contradições do campo governista, que estaria fazendo a disputa da base dos governistas e que essa seria apenas uma tática de unidade de ação. Entretanto, tais justificativas se mostraram inconsistentes. Primeiro, foram os governistas que exploraram as contradições do campo majoritário da CONLUTAS e conseguiram reconstrução da sua legitimidade até então perdida. Em segundo lugar, a unidade se deu pela cúpula, portanto, não ocorreu disputa das bases. Basta ver que em certas categorias e sindicatos importantes, como o SINTRASEF/RJ, SEPE/RJ e FASUBRA, foi encaminhada a saída da CUT mas nunca a construção da CONLUTAS. E no caso do SINTRASEF ocorreu o melancólico retorno à CUT.

Por fim, a eclosão da crise econômica mundial em 2008 transformou o que antes era uma política aberta de aliança com os governistas. A crise econômica virou pretexto para uma reconciliação não somente com a CUT, mas com todas as centrais pelegas (Força Sindical, CTB). Esse chamado implica numa completa abdicação da política de ruptura com o governismo, o corporativismo e o legalismo.

A outra tática do campo dirigente da CONLUTAS foi conchamar a Intersindical para um processo de fusão. Esse chamado à unidade era esfacelado pela política da Intersindical em diversas categorias, como no funcionalismo público federal, em que atuava ao lado dos governistas, defendia acordos rebaixados, recusava a greve e quando a fazia era para reduzir a luta ao economicismo e à fragmentação. Isso continua acontecendo agora recentemente. Em 2009 nas das eleições dos bancários/RJ a Intersindical constituiu uma chapa com a CUT e a CTB.

O primeiro aspecto a ser criticado nessa tática é noção de “reorganização” do movimento que vem sendo utilizado pelo campo majoritário. A idéia de reorganizar deveria ser sinônimo de ruptura com o governismo e de reconstrução pela base de um movimento nacional de oposição. Mas não é isso que está sendo feito.

Os debates pela base foram abandonados. Por outro lado, a própria Intersindical rachou no ano passado, o grupo que está no processo de fusão é dominado por correntes do PSOL (APS, C- SOL e Enlace) e são essas correntes que assinam seus documentos e mandam seus representantes para os debates. Ou seja, a representação é por corrente partidária, não pelas entidades de representação dos trabalhadores.

Nesse processo um dos principais impasses era o caráter da CONLUTAS e o caráter da “nova central”. Os setores da Intersindical não aceitam uma central de classe. Querem uma central exclusivamente sindical. Se a CONLUTAS representou um avanço nas lutas do proletariado por ser uma central do conjunto da classe trabalhadora, a “nova central” representará um retrocesso, pois, discutir se os estudantes e os movimentos sociais e populares podem ou não participar da “nova central” já é em si uma forma de exclusão desses setores da classe trabalhadora.

É importante ressaltar o caráter idealista e reacionário dos argumentos utilizados para justificar a exclusão dos estudantes e dos movimentos sociais. Resumidamente, os argumentos são dois: 1) os operários constituem a classe revolucionária, por isso, devem ser a direção do movimento dos trabalhadores e 2) os movimentos estudantil e sociais são “policlassistas”, ou seja, também são formados por frações burguesas.

O primeiro argumento deriva de uma visão idealista que, como tal, não tem nenhum amparo na realidade e na história das revoluções da classe trabalhadora. Em todas as revoluções desde a Comuna de Paris de 1871, passando pelas revoluções mexicana, de 1910, e russa, de 1917, chegando até as revoluções chinesa (1949) e cubana (1959), a vitória dos trabalhadores foi determinada pela participação do conjunto das frações do proletariado, especialmente do campesinato.

Mesmo hoje, a recente história da América Latina nos mostra que as principais lutas foram encampadas e lideradas por diversas frações do proletariado: 1) no Brasil, na década de 1990, os camponeses, sob a liderança do MST, constituíram a principal oposição ao neoliberalismo de FHC; 2) na Argentina em 2000 estavam na vanguarda das lutas os trabalhadores desempregados e movimentos populares; 3) na Bolívia desde 2003 o movimento indígena e camponês lideraram as revoltas populares.

Afirmar que o movimento sindical é o mais organizado da classe trabalhadora é desconhecer a atual estrutura do sindicalismo brasileiro. Até porque a organização não é um em fim em si. Em termos de auto-organização dos trabalhadores a grande maioria dos sindicatos é frágil. Quem organiza os sindicatos no Brasil é o Estado, que concede a carta sindical e o imposto sindical.

Segundo a estrutura sindical brasileira, de inspiração fascista, a representação sindical e o financiamento dos sindicatos são outorgados pelo Estado, por isso um sindicato não precisa de filiados para ser reconhecido como tal e receber o imposto sindical. Isso faz com que facilmente os sindicatos se tornem representantes do Estado e do patronato e não dos trabalhadores. Tal organização é antes um elemento a ser combatido do que a ser exaltado.

E a estrutura do sindicalismo de Estado se ampliou no ano passado com a Lei 11.648/2008, que incorporou as centrais sindicais à estrutura sindical oficial. Assim, as centrais são igualmente tuteladas pelo Estado e financiadas pelo imposto sindical. A conversão das centrais em “centrais oficialistas” reforça a burocratização das entidades sindicais. E infelizmente a CONLUTAS não encaminhou uma luta séria contra isso, mas se acomodou ao processo.

Portanto, a estrutura sindical tem um efeito desorganizador sobre o movimento dos trabalhadores, pois impõe a formação de sindicatos sem base (os chamados “sindicatos cartoriais”) e promove a tutela estatal sobre o conjunto

das entidades sindicais. Os sindicatos ficam frequentemente à serviço da burguesia, não dos trabalhadores. A Estrutura sindical deve ser combatida na sua totalidade não em aspectos isolados. Desse modo, afirmar a necessidade de lutar contra a burocratização dos sindicatos mas buscar a adequação de uma central à estrutura oficial é proferir com discurso vazio.

Já o segundo argumento, acerca do caráter policlassista do movimento estudantil, nega a perspectiva classista para esse setor da classe trabalhadora. E negar isso é permitir o desenvolvimento de políticas de colaboração com a burguesia no seio do movimento.

Esse é argumento é extremamente pobre. É óbvio que a condição de estudante não se confunde com a condição de classe. Mas a grande massa dos estudantes brasileiros é de trabalhadores. E se faz necessário construir um movimento estudantil classista e combativo.

Da mesma forma é falso o argumento de que os movimentos sociais de corte ético-racial e de gênero são “policlassistas”. O racismo e o machismo são instrumentos da dominação burguesa, utilizados para superexplorar esses segmentos dos trabalhadores. As mulheres e negros do Brasil são submetidos às piores condições de trabalho e recebem os menores salários. Os indígenas são submetidos a condições desumanas.

A luta contra a homofobia e a pela extensão dos direitos civis aos homossexuais também tem que ter um caráter de classe. Essa não é uma questão individual, mas uma questão social que tem que ser respondida pela luta da classe trabalhadora. Somente a ação política do conjunto do proletariado pode superar o racismo e o machismo.

A condição objetiva de classe desses setores é proletária. É a ausência de uma política classista e socialista para organizá-los e integrá-los na luta de classes que os deixa à mercê de políticas e ideologias da burguesia e de Estado. Somente uma perspectiva metafísica de segunda categoria pode desconsiderar as condições econômicas materiais e substituí-las por uma vaga disputa de ideias e projetos individuais como critérios centrais na definição do caráter de classe.

Firmar que os movimentos estudantil e sociais são policlassistas e, portanto, não podem estar na mesma central é reproduzir a fragmentação imposta pela burguesia. É importante lembrar existem certas ocupações e sindicatos que agrupam “profissões” que podem ter burgueses em seu ofício (como é caso de profissões liberais e serviços públicos), além da existência de sindicatos de patrões (industriais, latifundiários, banqueiros, etc). Nem por isso se afirma que o movimento sindical é policlassista.

Por último, destacamos o aspecto burocratizante da política de fusão da CONLUTAS com a Intersindical, processo que se assemelha com a degeneração da CUT nos anos de 1980 que se consolida na segunda metade da década de 1990. Congresso após congresso, a representação da base foi diminuindo na CUT e, finalmente, no IV CONCUT a Corrente Sindical Classista, do PCdoB, entrou na central e formou o bloco hegemônico com a Articulação Sindical/PT que aprovou as teses do “sindicalismo propositivo”, ou seja, de colaboração com o Estado e a burguesia.

E é exatamente esse processo que observamos no interior da CONLUTAS: a proposta de excluir importantes setores da classe trabalhadora da “nova central” e a proposta de reduzir proporcionalmente o número de delegados de base no “congresso de fusão”, marcado para junho deste ano - No 1º CONAT, realizado em Betim/MG no ano de 2008, a proporção para a tiragem de delegados era 500 na base para 1 delegado, com fração de 250, agora a proposta é 1.000 na base para 1 delegado, com fração de 500. Isso implica em uma drástica redução da participação dos delegados.

A história só se repete como farsa ou tragédia. Estamos diante na iminência de um erro histórico, cometido por setores dirigentes da CONLUTAS. Estes foram incapazes de capitalizar o movimento de oposição e ruptura no interior da classe trabalhadora. A guinada representada por essas táticas é a negação dos princípios e programa da CONLUTAS fixados no I CONAT.

3.3 Uma central de novo tipo e sua política de construção.

A CONLUTAS representou um ensaio na construção de uma central de classe. Agora nossa principal tarefa é garantir que nossa central se torne de fato uma central sindical e popular, que reúna e organize o conjunto da classe

trabalhadora.

Em uma central de classe, que tem como um de seus pilares a democracia operária, não pode estabelecer pesos diferenciados aos setores que fazem parte da entidade. Somos contrários à deliberação do 1º CONCLAT/2008 que estabeleceu um percentual de 10% para a participação dos estudantes na CONLUTAS.

Infelizmente o processo de burocratização e mudança do caráter da “nova central” está avançando, pois a proposta do setor majoritário é que na “nova central” o movimento estudantil, movimento negro, movimento de mulheres e contra a homofobia tenham uma participação simbólica, com um percentual de 5%. Esse tipo de formulação fere a natureza sindical e popular da nossa central. Quer dar a aristocracia operária a maioria compulsória na direção da entidade.

Do mesmo modo, somos contrários à construção de uma central sindical que permita a filiação do movimento estudantil e popular. Porque essa formulação muda o caráter sindical e popular e estabelece a formulação de uma central sindical que concede a filiação aos demais setores da classe trabalhadora. Na prática, essa formulação não passa de um “favor” que os sindicatos concedem aos estudantes e aos movimentos populares e sociais.

Defender uma central de classe significa defender uma entidade que reúne em seu interior as diferentes organizações da classe trabalhadora: o movimento operário, o movimento sindical urbano (comércio e serviços); o movimento camponês e de trabalhadores rurais; o movimento estudantil; movimento de desempregados e informais, o movimento negro e indígena, os movimentos de gênero e contra a homofobia. Desta maneira, será uma organização ampla e representativa das lutas.

A natureza de uma Central de Classe possibilita romper com o sindicalismo social-democrata e corporativista, que reproduz a fragmentação da classe trabalhadora imposta pelo capital, ao mesmo tempo, garante o combate a estrutura de sindicalismo de Estado. Esse é o caminho para a construção de um amplo movimento classista e combativo dos trabalhadores.

Nós trabalhadores, estamos vendo numa conjuntura de ofensiva burguesa, a partir das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva. A superexploração e a precarização atinge parcelas cada vez maiores da classe trabalhadora, aumentando a nossa fragmentação e ampliando os lucros da burguesia. Nessa conjuntura somente uma Central de Classe é capaz de dar respostas às necessidades do conjunto dos trabalhadores.

A Central de Classe deve estar estruturada na base da democracia interna e do federalismo (coordenação da autonomia local com as funções diretivas das instâncias centrais), preservando as decisões de “baixo para cima”. Esta democracia proletária tem um objetivo de mobilizar; a democracia visa garantir a entrada das massas proletárias na arena da ação política. Além da democracia interna, a Ação Direta (greves, mobilizações e etc) deve ser o meio central da luta, e não as negociações nos espaços da burguesia (justiça, parlamentos, câmaras, prefeituras e governos).

O mais importante é que tal tipo de organização dá uma resposta às características do capitalismo contemporâneo. Ele neutraliza as táticas burguesas de esfacelamento e fragmentação. Ele contorna também os aspectos desorganizadores do sindicalismo de Estado e do sindicalismo social-reformista. É um tipo de organização que esteja adequada as necessidades de uma efetiva luta pelo socialismo.

Assinam essa tese:

Everardo Cantarino, Romulo Castro e Selmo Nascimento (SINDSCOPE); Sergio Muniz (Oposição Petroleira/GLP); Augusto Rosa, Caroline Bordalo e Carla Bianca (SEPE); João Carlos Ramos (Base do Sinttel-RJ); Andrey Cordeiro Ferreira (Base do ANDES); Marcelle Motta Gordin e Lucia Felisbino (SINDMETRÔ-DF); Diego Martins (Base dos Gráficos-DF); Oposição Combativa, Classista e Independente ao DCE-UnB; Oposição Classista e Combativa ao DCE-UFC; Oposição Classista e Combativa ao DCE-UFF.

4. Teoria, estudo, cultura e arte.

Teoria e estudo

Lutar para estudar, estudar para lutar!

Lema da RECC

Para uma boa militância, além de estudar a conjuntura política, econômica e educacional para se estabelecer linhas de atuação (e para isso deve-se pesquisar: as recentes medidas dos governos, posições e análises políticas de outros grupos do movimento estudantil etc.) também é importante o estudo teórico, que balizará a interpretação da realidade, fornecendo métodos e suportes conceituais para a compreensão dos fenômenos. Independente do curso que o estudante é provindo, para se ter uma compreensão mais científica da atual sociedade capitalista, e, assim, uma atuação mais justa sobre esta, é interessante o conhecimento básico de algumas áreas, como filosofia, história, ciências sociais (sociologia e ciência política), além de economia política.

Além do mais, é papel do militante classista se empenhar na disputa teórica/ideológica dentro das salas de aulas, entre os colegas, nos espaços sociais, intervindo nos debates, reivindicando um ensino mais crítico e combatendo o reacionarismo acadêmico, entendendo que a Universidade ainda serve aos interesses das classes dominantes. E para isso o militante deve estar preparado para defender seus posicionamentos.

A CCI não possui um corte ideológico: é uma organização de base e nela participam pessoas das mais diversas correntes ideológicas. O corte estabelecido é: o anti-governismo/anti-reformismo e o classismo. O que indicamos no pequeno guia de estudos a seguir são teóricos da esquerda que defendem a causa dos trabalhadores e colaboram para uma atuação segundo os princípios defendidos pela CCI.

Mas lembre-se: só a prática transforma a realidade e o conhecimento verdadeiro só provém dela! A teoria sem prática nada pode fazer!

Livros indicados:

- ❖ O que é Revolução – Florestan Fernandes
- ❖ O Sindicalismo de Estado no Brasil - Armando Boito Junior
- ❖ Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado – Louis Althusser
- ❖ O que todo Revolucionário deve saber sobre a repressão – Victor Serge
- ❖ A Concepção materialista da História/ O papel do indivíduo na história – Plekhanov
- ❖ Dez dias que abalaram o mundo – John Reed
- ❖ Teoria do desenvolvimento capitalista – Paul Sweezy
- ❖ A rebelião dos estudantes - Antonio de Pádua Gurgel
- ❖ Adeus ao trabalho? – Ricardo Antunes
- ❖ Crítica da divisão do trabalho – André Gorz
- ❖ Dialética e capitalismo – Octávio Ianni

Textos indicados:

- ❖ Instrução Integral – Mikhail Bakunin
- ❖ O Sistema Capitalista – Mikhail Bakunin
- ❖ A Ilusão do Sufrágio Universal - Mikhail Bakunin
- ❖ Sobre a contradição – Mao Tsé Tung
- ❖ Sobre a prática – Mao Tsé Tung
- ❖ De onde vem as ideias corretas? – Mao Tsé Tung
- ❖ A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky – Lenin
- ❖ Salário, preço, lucro – Marx
- ❖ Por que socialismo? – Albert Einstein
- ❖ Como me tornei socialista – Jack London

Eventos e temas históricos:

História das lutas proletárias, populares, camponesas e estudantis; Evolução do capitalismo/imperialismo e suas crises; 1ª Internacional dos Trabalhadores ou Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT); Comuna de Paris e os levantes socialistas do séc. XIX; Revoluções do séc. XX (russa, chinesa, vietnamita, cubana etc.) e outros levantes populares, como a Guerra Civil Espanhola, Maknovichina, libertações nacionais etc.; Experiências do socialismo no sec. XX; História e evolução das ideologias revolucionárias socialistas; Panteras negras; Movimento estudantil mundial da déc. 60/70 (francês, alemão, brasileiro, italiano etc.); Ditaduras militares na América Latina; História dos movimentos revolucionários e partidos de esquerda brasileiros e latino-americanos; Neoliberalismo/globalização e movimentos de resistência. *Historiadores indicados:* Eric Hobsbawn, Max Nettlau, Maurice Dobb, Perry Anderson, Charles Bettelheim.

Cultura e Arte

“A arte não é o espelho da realidade, mas o martelo que a molda.”

Bertolt Brecht

Com o advento da indústria cultural na sociedade capitalista, somos expostos constantemente a um acúmulo enorme de informações que buscam nos oferecer um entretenimento vazio. Essa *semicultura*, que nos é empurrada goela a baixo através das diversas mídias e das grandes empresas do ramo cultural, principalmente para a juventude, em sua grande parte contem um fundo ideológica que propaga o individualismo, o hedonismo, o consumismo etc., além da passividade política, que facilita e legitima a reprodução das relações capitalistas. Ou seja, propaga a *ideologia burguesa*. Em nosso país, essa cultura também se apresenta historicamente como imperialismo cultural, já que impõe padrões de vida que reprimem a nossa cultura popular e regional e tende a conservar as relações de dominação internacional.

Mas o lazer e o divertimento não precisam ser alienados: a cultura e a arte podem ser elementos importantes para a construção de uma consciência política e classista que colabore com a prática militante. Isso se dará principalmente se buscarmos no campo cultural elementos que tragam uma ideologia oposta à dominante. Devemos buscar sempre obras artísticas com temáticas sociais, políticos ou históricos, que traga um cunho de classe e defenda os interesses do povo, em oposição às obras difundidas pelo mercado cultural. Além de buscar fontes alternativas, ligadas a movimentos populares, para nos informar sobre os acontecimentos sem as distorções midiáticas.

É importante, porém, que façamos uma crítica ao culturalismo muito presente em nossa geração e em nosso local de atuação, a universidade. O culturalismo, enquanto uma expressão político-ideológica pequeno burguesa, propõe, de forma consciente ou inconsciente, a mudança social através da transformação cultural no modo de vida dos indivíduos, desconsiderando dessa forma a condição de classe dos mesmos, as condições concretas que as formam, desconsidera-se a estrutura política e econômica como determinante do indivíduo, e portanto, não consegue enxergar o único meio concreto de destruir o sistema capitalista: a luta de classes. Nesse sentido, a base do culturalismo é o “livre arbítrio dos indivíduos” (sic), como se os indivíduos pudessem simplesmente “viver uma vida não autoritária”. O culturalismo só pode se desenvolver em afastamento da classe trabalhadora, no seu desprezo, em propostas idealistas e pequeno-burguesas. O revolucionário russo, Mikhail Bakunin, dizia que “*Daí ao povo uma ampla existência humana e ele vos surpreenderá com o profundo racionalismo de suas idéias*”, o que quer dizer que: o modo de vida e o pensamento das pessoas é determinado pelas condições histórico-materiais que o capitalismo impõe a cada indivíduo e classe social.

Filmes indicados:

- ❖ A Classe Operária Vai ao Paraíso, de Elio Petri
- ❖ Che (I e II), de Steven Soderbergh
- ❖ Eles Não Usam Black-Tie, de Léon Hirszman
- ❖ Germinal, de Claude Berri
- ❖ Panteras Negras, de Mario Van Peebles
- ❖ Pão e Rosas, de Ken Loach
- ❖ Sacco e Vanzetti, de Giuliano Montaldo
- ❖ Batismo de Sangue, de Helvécio Ratton
- ❖ Batalha do Chile (I, II e III), de Patricio Guzmán

- ❖ Outubro, de Sergei Eisenstein
- ❖ Notícias de uma Guerra Particular, de João Moreira Salles
- ❖ A Revolta dos Pinguins, de Carlos Pronzato
- ❖ A Noite dos lápis, de Héctor Olivera
- ❖ Machuca, de Andrés Wood
- ❖ A Une somos nós?, de Danilo Silvestre e Danillo Ferreira

Músicos indicados:

- ❖ Mercedes Sosa
- ❖ Buena Vista Social Club
- ❖ Inti Illimani
- ❖ João do Vale
- ❖ Luiz Gonzaga
- ❖ Edu Lobo
- ❖ Geraldo Vandré
- ❖ Chico Buarque
- ❖ Paulinho da Viola
- ❖ Faccção Central

Artistas plásticos indicados:

- ❖ Diego Rivera
- ❖ Frida Kahlo
- ❖ Fernando Botero
- ❖ Portinari
- ❖ Tarsila do Amaral
- ❖ José Ferraz de Almeida Júnior
- ❖ David Alfaro Siqueiros
- ❖ Carlos Latuff

Escritores indicados:

- ❖ Maiakovski
- ❖ Émile Zola
- ❖ Bertold Brecht
- ❖ Graciliano Ramos
- ❖ Jorge Amado
- ❖ Gorki
- ❖ Aluísio Azevedo
- ❖ Pablo Neruda
- ❖ Eduardo Galeano
- ❖ Roque Dalton
- ❖ João Cabral de Melo Neto
- ❖ Carlos Drummond, Vinícius de Moraes, Ferreira Gullar (décadas de 40, 50 e 60/70, respectivamente)

5. Links úteis

Organizações em comum:

Oposição CCI (UnB) - <http://oposicaooci.blogspot.com/>

Chapa 2 - Unidade Estudantil Classista (Eleição de 2010 – DCE-UnB): <http://unidadeestudantilclassista.blogspot.com/>

RECC - <http://redeclassista.blogspot.com/>

- Arquivo - <http://www.4shared.com/dir/33102281/e21e7831/sharing.html>

- ADE - <http://acaodestudantil.blogspot.com/>

- Oposição CC (UFC) - <http://oposicaoocc.blogspot.com/>

- SESO em Luta - <http://sesoemluta.blogspot.com/>

- Combate Estudantil (secundaristas) - <http://combateestudantil.blogspot.com/>

FOSPE - <http://oposicaoopelabase.blogspot.com/>

- Oposição de Resistência Classista – Educação/RJ - <http://oposicaoderesistenciaclassista.wordpress.com/>

CLMT (DF) - <http://comitedelutadf.blogspot.com/>

UNIPA - <http://unipa.cjb.net/>

Comité de Resistencia Clasista (México) - <http://resistenciaclasista.wordpress.com/>

Arquivos de textos teóricos:

Arquivo Marxista - <http://www.marxists.org/>

Arquivo Bakunin - <http://arquivobakunin.blogspot.com/>

Arquivo Makno - <http://www.nestormakhno.info/>

Arte e cultura popular e política:

International Institute of Social History - <http://www.iisg.nl/>

Arte, agitação e propaganda - <http://www.artagitprop.blogspot.com/>

Filmes políticos - <http://filmespoliticos.blogspot.com/>

Canções revolucionárias - <http://www.marxists.org/portugues/tematica/musica/index.htm>

Cartazes do Maio de 68 - <http://achard.info/mai/index.html>

Neoliberalismo, Universidade e educação:

Universidade de Santiago de Compostela - <http://firgoa.usc.es/drupal/>

Andes - <http://antigo.andes.org.br/>

Listas de emails

Estudantes da UnB - <https://groups.google.com/group/estudantes-unb?lnk=srg&hl=pt-br&ie=UTF-8&oe=utf-8>

RECC - <http://br.groups.yahoo.com/group/redeestudantilclassista/>

FOSPE - <https://groups.google.com/group/oposicaoelabase?hl=pt-br&ie=UTF-8&oe=utf-8>

AVANTE,

FILHOS DO POVO!

